
DEBATE MAIO 76 22

a crise económica
o capital no campo
lutas operárias:
1946-53 e OSASCO

MANIFESTAÇÕES E DINÂMICA DA CRISE ECONÔMICA

1- Causas Internas e Fatores Externos

As manifestações da crise econômica que atravessa o capitalismo brasileiro não dão margem a controvérsias: queda brusca da taxa de crescimento do PIB que cresceu menos de 1% em termos "per capita" em 75, recrudescimento da inflação que atingiu 9,6% nos dois primeiros meses de 76, forte déficit da balança comercial e crescimento astronômico da dívida externa. As dificuldades e divergências surgem quando se tenta ultrapassar essas formas mais aparentes da crise para determinar suas causas reais assim como seu curso mais provável.

Muita ênfase se tem dado às repercussões da crise das economias capitalistas dominantes na economia brasileira. Seja para afirmar, como fazem os a rautos da ditadura que a atual situação econômica brasileira é diretamente provocada pelo aumento dos preços do petróleo e pela "mudança de conjuntura internacional", seja, como em diversas análises de grupos de esquerda e de intelectuais progressistas, para insistir no fato de que a crise econômica brasileira não é independente da crise do capitalismo internacional, mas que os efeitos desta se sobrepõem a uma crise interna gerada pelas características do desenvolvimento econômico recente, agravando-a. Porém, apesar da importância que se tem dado ao problema, não nos parece que se tenha evidenciado satisfatoriamente a forma concreta de ligação (transmissão) entre a crise econômica brasileira e a crise dos países capitalistas dominantes. Respostas do tipo "contradições do modelo as sociado-dependente" ou "inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho imposta pelo imperialismo" são demasiado genéricas. Indicam a possibilidade formal de que a crise do capitalismo brasileiro tenha sido ao menos parcialmente causada pela crise do capitalismo internacional. Mas não indicam como essa possibilidade geral e abstrata se realiza e assume feições concretas e historicamente determinadas. Ora, enquanto não se indicam os mecanismos desta passagem do virtual ao real, distinguindo de um lado os aspectos constantes da dominação imperialista no Brasil daqueles específicos à situação de crise internacional do capitalismo, e de outro lado, dentro do quadro atual da economia brasileira os fatores introduzidos pela crise a nível internacional daqueles intrínsecos ao tipo de crescimento econômico adotado pelo Brasil depois do golpe de 64 que levariam, mais cedo ou mais tarde, a uma crise econômica independentemente do fato de haver ou não crise internacional, toda afirmação sobre a influência da crise do capitalismo internacional na economia brasileira não passará de uma petição de princípio.

Prendemos aqui avançar alguns pontos que nos parecem essenciais para esta análise. O primeiro se refere às relações comerciais entre o Brasil e o sistema capitalista internacional. Nelas se evidencia um dos mecanismos típicos da exploração imperialista: a desigualdade dos termos de intercâmbio. Esta desigualdade se acentuou nos dois últimos anos como consequência da crise internacional do capitalismo. Os preços das matérias primas exportadas pelo Brasil e pelos outros países dominados pelo imperialismo,

(com exceção dos produtores de petróleo que mesmo assim têm tido grandes dificuldades em manter seus preços) caíram brutalmente enquanto que os preços dos produtos manufaturados produzidos pelos países capitalistas dominantes subiam num movimento quase paralelo mas de sinais contrários. Assim, se tomarmos como índice 100 os preços do período 1969 - 1971, o poder de compra do café, que representa mais de 12,5% do valor total das exportações brasileiras evoluiu da seguinte forma: produtos manufaturados, 103 em 1974 para apenas 76 em 1975, aço, 77 em 1974 para 66 em 1975, adubos, 73 em 1974 para 36 em 1975, combustível e carburantes, 32 em 1974 para 29 em 1975. Isto significa que a relação entre o preço do café e os preços dos diferentes itens de importação do Brasil está bem abaixo do período 69 - 71. Além da óbvia "diminuição da capacidade de importar" este fenômeno acarreta outras consequências extremamente importantes e em geral ignoradas, ou pelo menos subestimadas, tanto pela análise econômica tradicional quanto pelas análises de grupos de esquerda. No Brasil, em que o grosso das importações é constituído, nesta ordem, por máquinas e equipamentos (elementos do capital fixo), por petróleo e derivados e por aço e ferro fundido (elementos do capital circulante), o aumento brusco e acentuado dos preços das importações modifica profundamente a relação entre os diversos elementos constitutivos do capital. Em outras palavras, a proporção em que o capital dinheiro deveria se reconverter nos diversos elementos do capital é bruscamente alterada não por uma mudança na composição técnica do capital que teria elevado a produtividade mas por uma alta repentina dos preços dos elementos do capital constante. É, pois, no nível da reprodução do capital que temos de buscar as consequências mais importantes do forte aumento de preços das importações nos dois últimos anos. Fazendo com que seja necessário dispendir mais para o capital constante e menos para o pagamento da força de trabalho (capital variável) que deverá, portanto, ser utilizada em quantidade inferior à anterior, a elevação de preços dos elementos do capital constante em divisas, faz com que a reprodução não possa ser retomada na mesma escala. Uma parte do capital fixo já instalada estagna, operários são postos no olho da rua. Quando os elementos de capital constante importados são destinados não à continuidade do processo produtivo numa mesma escala, mas à ampliação da escala de produção, os efeitos são também importantes, já que pressupõem que uma massa maior de capital dinheiro deva ser dispendida para pôr em obra uma quantidade determinada de trabalho. Nos dois casos a brusca mudança da composição do capital agirã no sentido de fazer baixar a taxa de lucro, aumentando a concorrência entre capitalistas e acelerando os processos de concentração e de centralização do capital.

Tudo indica que na crise atual da economia brasileira, este mecanismo foi de grande importância sobretudo na medida em que o Brasil é fortemente dependente da importação de elementos de capital constante. Esta dependência é consequência da estrutura industrial distorcida do Brasil em que o Setor I (produção de meios de produção) se encontra atrofiado. A deficiência do setor de produção de meios de produção na economia brasileira foi agravada e intensificada pela política econômica da ditadura. Realizando a política dos monopólios, visando a obtenção de lucros rápidos e elevados, a ditadura sacrificou o crescimento do Setor I essencialmente nos ramos da pesquisa e prospecção de petróleo, de máquinas e equipamentos, de fertilizantes, em benefício do desenvolvimento acelerado da produção de bens de consumo duráveis. Esta disproporção entre os setores manifestou-se de forma aguda nesse período de crise por uma super-produção nos ramos até então ditos "dinâmicos" da indústria brasileira ao mesmo tempo em que os elementos do capital constante continuavam a ser importados apesar da brusca elevação de preços. O crescimento desmesurado do Setor II em relação ao Setor I constitui, em nossa opinião, um dos mais importantes fato-

res internos passíveis de gerar uma crise. Quando dizemos fator interno, não queremos com isto dizer que seja independente da dominação imperialista no Brasil, mas somente que não é um mecanismo gerado pela crise internacional do capitalismo e que mesmo na ausência desta crise internacional, levaria mais cedo ou mais tarde a uma crise econômica no Brasil.

A legislação de incentivos às importações veio agravar esta disproporção ao mesmo tempo em que acentuava a monopolização da economia. Ela consiste na eliminação de todas as restrições não tarifárias, na redução geral das tarifas alfandegárias e na concessão de isenções tanto de tarifas alfandegárias quanto de impostos para alguns produtos, essencialmente máquinas e equipamentos. O conjunto dessas facilidades foi reunido num instrumento único no Comunicado 343 da CACEX de 10-V-1971 acompanhado de um folheto de explicações intitulado "Importar não é difícil". Na linguagem dos economistas governamentais, "a racionalidade dessa liberalização das importações baseava-se na premissa de que a indústria interna deveria ser submetida à concorrência internacional a fim de forçá-la a cuidar melhor de seus custos de produção... procurando concomitantemente atingir melhores índices de produtividade" (Suzigan e outros, Crescimento industrial do Brasil, incentivos e desempenho recente - relatórios de pesquisa do IPEA, 1974). Ou seja, na medida em que essa "liberalização" atingia principalmente as importações de máquinas e equipamentos e de bens intermediários (aço, ferro fundido e fertilizantes), a produção interna dessas mercadorias supunha importante concentração de capital no setor, possível apenas através do financiamento público da produção (seja por investimento direto do Estado seja por concessão de créditos em larga escala, a taxa de juros reduzidíssima) ou pela entrada de capitais estrangeiros. Para os monopólios estrangeiros instalados no Brasil, essa legislação foi extremamente vantajosa na medida em que as facilidades de importação de boa parte dos elementos de capital constante representavam uma forma de remessa de lucros para as matrizes e suas associadas através da prática do sobre-faturamento. A legislação de incentivos à importação foi relativamente atenuada pelo Decreto 354 do Banco Central (dezembro de 75) que instituiu o depósito prévio por 360 dias da contrapartida em cruzeiros do valor das importações. Mas as isenções contidas nesse mesmo decreto favorecem sobremaneira os monopólios estrangeiros, já que se aplicam principalmente às importações com financiamento externo pelo prazo de cinco anos e às que constituam investimento direto estrangeiro.

No que se refere às exportações, impõe-se uma distinção entre as matérias-primas e os produtos manufaturados. As primeiras diminuíram de forma relativa em volume e de forma absoluta em preço por causa da crise econômica nos principais centros importadores de produtos brasileiros (Estados Unidos, M.C.E. e Japão). Com exceção dos países do COMECON, que mesmo assim produzem algumas das matérias-primas que o Brasil exporta, e de alguns países do Oriente-Médio, exportadores de petróleo, parece difícil que os exportadores de matérias-primas brasileiras encontrem mercados alternativos para seus produtos. A situação é diferente no que concerne às exportações de manufaturados. Fortemente subsidiadas, elas não foram tão afetadas pela baixa de preços, mas principalmente pelas barreiras protecionistas instauradas pelos países imperialistas. Com efeito, os países capitalistas dominantes que nos períodos de expansão são defensores dos princípios do "livre-câmbio" e chegam a utilizar medidas de retorsão contra os países dominados que pretendem proteger seu desenvolvimento industrial, utilizam os instrumentos protecionistas nos momentos de crise para defender suas próprias indústrias. Diante desta situação, a ditadura brasileira escudando-se na política de "diplomacia pragmática", tem procurado diversificar seus mercados para produtos manufaturados. Esta tentativa que se choca com uma forte concorrência internacional todavia não conseguiu produzir resultados suscetíveis de atenuar os efeitos do

protecionismo nos países capitalistas dominantes. Vê-se assim a falácia da política de incentivos e isenções fiscais para as exportações, e em particular para as exportações de manufaturados, e o irrealismo das projeções dos "planificadores" a serviço da ditadura segundo as quais as exportações atingiriam 20 bilhões de dólares em 1979 contra 8 bilhões em 74, ou seja, um aumento de 150% em 5 anos.

Os incentivos e isenções, além de representar uma forte perda de receita fiscal ao nível das exportações propriamente ditas, abrangem também a importação de máquinas e equipamentos e alguns bens intermediários como aço e ferro fundido desde que utilizados "em sua maior parte" para produtos manufaturados de exportação. É difícil precisar o que a ditadura entende por "em sua maior parte", mas o que se sabe é que existem cláusulas permitindo que as mercadorias supostamente produzidas para a exportação e portanto gozando de todas essas regalias possam ser vendidas no Brasil, quando, por exemplo, "a conjuntura internacional ou nacional dos produtos considerados torna necessária tal ação, a venda será autorizada a título excepcional pelos ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio" (!).

Esta legislação foi um dos obstáculos ao desenvolvimento das poucas indústrias de bens de capital existentes no Brasil. E agora, no momento em que a crise internacional e o conseqüente estabelecimento de barreiras protecionistas nos países capitalistas dominantes dificultam grandemente as exportações de manufaturados, a produção das indústrias beneficiadas vem se acrescentar à superprodução setorial que é uma das características da crise brasileira. Basta ver a lista destas empresas (entre as quais se destacam: Ford, Philco, Chrysler, Volkswagen etc.) para se convencer de que os incentivos em sua maior parte não serviram para atrair novos monopólios estrangeiros para o país, como era seu fim confesso, mas a permitir que os já instalados no Brasil ampliassem sua capacidade de produção sem pagar um tostão de impostos ou taxas alfandegárias, beneficiando-se ainda de financiamentos a baixas taxas de juros concedidos pela CÂCEX. Por incrível que pareça, neste momento em que a ditadura alardeia que quer diminuir as importações, estes incentivos continuam em vigor, constituindo um dos mecanismos pelos quais os grandes monopólios importam máquinas, equipamentos, bens intermediários e matérias-primas sem a purgação de similaridade nacional e sem estar sujeitos ao depósito compulsório de 360 dias do contravalor em cruzeiros das importações, pois deles foram isentados pela Resolução 354 do Banco Central.

A conjunção da alta dos preços dos produtos importados e da baixa do valor e do volume das exportações se manifesta evidentemente num forte déficit da balança comercial. Mas seria um erro pensar que os efeitos negativos da crise internacional do capitalismo sobre a economia brasileira, se resumam ao déficit da balança comercial. Como também é errônea a afirmação de F.H. Cardoso de que: "a dívida (externa) decorre essencialmente dos déficits da balança comercial". Em primeiro lugar porque esta afirmação é anti-histórica. Com efeito, a balança comercial brasileira é historicamente positiva. De 1947 a 1970, ela só foi negativa em três anos, em 1952, 1960 e 1962, e mesmo assim por quantias relativamente pequenas. O que não impediu que o Brasil contraísse dívidas externas bastante elevadas que montavam em 1970 a 5 bilhões de dólares. É só a partir de 1971 que começa a aparecer um déficit persistente na balança comercial devido, como vimos, à distorção industrial no Brasil e à deterioração dos termos de troca que foi se acentuando. Mas a dívida externa cresceu muito mais que o déficit elevando conseqüentemente o nível das reservas internacionais. As razões da elevação da dívida externa têm portanto que ser buscadas em outros planos que as relações comerciais do Brasil com o exterior.

Quando se analisa a dívida externa brasileira é bom lembrar que a legislação em vigor estabelece um imposto progressivo sobre as remessas de lucros de capitais estrangeiros superiores a 12% ao ano do capital registrado de molde a desestimular remessas superiores a essas porcentagens. A forma que encontraram os monopólios estrangeiros para contornar esta limitação foi de fazer figurar como empréstimos capitais que são na verdade investimentos, o que lhes permite remeter lucros elevados como se fossem juros e ainda "reembolsar" a totalidade do "empréstimo" quando a exploração da classe operária brasileira já permitiu a "amortização" do capital investido. A legislação regulamentando o ingresso de empréstimos estrangeiros, em sua maior parte elaborada após o golpe de 64, prevê aliás explicitamente este artifício pela Instrução 289 da SUMOC de 24-I-65, modificada pelas resoluções 83 (3-I-68) e 133 (30-I-70) do Banco Central que possibilitam "a contratação de empréstimos em moeda estrangeira diretamente entre empresas do exterior e do país (industriais e comerciais), prevalecendo as transações entre firmas associadas". A importância das quantias que entraram como empréstimos, quando na verdade representavam formas de investimento direto, pode ser avaliada pela decomposição da dívida externa em dívida pública (ou garantida pelo Estado) e privada. Assim, em 1973, a dívida externa total era de 12,5 bilhões de dólares dividida em 6,4 bilhões de dívida pública e 6,1 bilhões de dívida privada. Nesse mesmo período, as reservas em divisas eram de 6,4 bilhões, ou seja, o equivalente da dívida externa pública (dados extraídos da Carta Econômica do Banco Real, dezembro de 75, publicada no Estado de São Paulo de 25-I-76).

Não se pode esquecer também de que a reforma do sistema financeiro iniciada logo após o golpe de 64, abolindo a "Lei da Usura" que limitava a 12% as taxas de juro cobradas aos tomadores de empréstimo e aplicando a correção monetária tanto aos ativos quanto aos passivos financeiros, acarretou uma enorme elevação especulativa das taxas de juros cobradas pelo sistema financeiro, com exceção do BNDE. Essas taxas de juro eram muito mais elevadas que aquelas em vigor no mercado financeiro internacional. Mas não basta ser capitalista para obter financiamentos nesse mercado. É preciso oferecer "garantias" bastante sólidas que na prática só o capital monopolista e o Estado brasileiro podem reunir. A taxa de juros constitui uma fração da taxa geral de lucro. Obrigadas a se endividar, à taxas escorchantes, junto ao sistema financeiro nacional as pequenas e médias empresas não conseguem realizar os investimentos necessários à sua sobrevivência e expansão. São forçadas a endividar-se a curto prazo para financiar seu capital de giro.

Quando se analisa a estrutura de empréstimos do setor financeiro nacional, com exceção do BNDE, vê-se que quase todos são financiamentos a curto prazo, seja para capital de giro, seja para o financiamento do consumo. Os empréstimos a longo prazo, necessários para o financiamento de investimentos em capital fixo, provêm quase que exclusivamente do BNDE e dos empréstimos externos. É, pois, ao nível da acumulação que temos de buscar a explicação do forte aumento da dívida externa e não apenas ao nível das trocas de mercadorias como o faz F.H. Cardoso.

2. O regime diante da crise

No início de setembro de 1974, o ministro da Fazenda, Mário Simonsen, num debate na Câmara dos Deputados, após revelar, com a profundidade costumeira que "somos habitantes deste planeta", declarava ser necessário "reconhecer que as condições se deterioraram profundamente desde o final de 73" (Veja de 18-IX-74). Era a época do lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que se propunha realizar "até o final da década uma sociedade industrial moderna e um modelo competitivo". O Plano previa, entre

outras coisas, um PIB "per capita" da ordem de 1.044 dólares em 1979, o que representaria um aumento de cerca de 40% em relação a 1974 (PIB "per capita" de 748 dólares). A seriedade deste prognóstico pode ser avaliada pelo aumento do PIB "per capita" em 1975 (1%). Mais de um ano depois, Reis Velloso, face à indisfarçável gravidade da recessão, tentou justificar a incapacidade governamental em adotar a tempo medidas susceptíveis de atenuar os efeitos da crise econômica afirmando ter optado "pela política de contenção progressiva", afim de "ganhar tempo, permitindo um crescimento relativamente elevado durante 1974-1975" (Estado de São Paulo, 11/XII/1975). Por trás desta fraseologia estereotipada, o verdadeiro problema está em saber efetivamente se o fascismo militar está empenhado em alterar algumas de suas orientações no terreno econômico - de maneira a operar aquilo que o sociólogo F.H. Cardoso chama, num trabalho recente, de "reconversão do modelo" ou se enredado numa política "perplexa e incoerente" que manteve o país dependente "de exportações subsidiadas e de importações franqueadas", (a fórmula é do MDB), o regime está realmente reduzido a "ganhar tempo" no mais mesquinho sentido da expressão, isto é, tentar prolongar a festa enquanto for possível.

Desde logo cabe notar a limitação de classe da crítica que faz repousar - sobre erros de política econômica as causas essenciais da grave recessão - que atravessa o capitalismo no Brasil. Desde a falsificação dos dados relativos à alta do custo de vida perpetrada por Delfim Netto (e eufemisticamente denunciada como "inflação reprimida" por seu sucessor Mario Simonsen) a credibilidade nas "informações" e prognósticos emana - dos dos meios oficiais desceu abaixo de zero (É verdade que a queda não foi muito grande porque o nível já era extremamente baixo). Mas o verdadeiro problema está em saber se realmente outra política econômica era viável para o fascismo militar a serviço dos monopólios, e em particular, se têm fundamento teses como a supra-referida de F.H. Cardoso de que "o estilo do desenvolvimento capitalista aberto na segunda metade dos anos 50 é acelerado no período 1968-1973 esgotou-se" e que, por conseguinte, "a ênfase das políticas econômicas", até então concentradas na "produção de bens de consumo duráveis, tendo à frente a indústria auto-motriz" e baseadas na "concentração de rendas", deveria ser deslocada "para a expansão do setor de bens de produção e para a produção de matérias primas industriais". Se esta apreciação fosse correta, então teria sentido avaliar em termos de acerto ou de erro a gestão capitalista do governo ditatorial. Então caberia discutir se os Simonsen, Velloso e outros perceberam a tempo que o modelo estava se "esgotando" e que era preciso inventar - outro. Mas, Cardoso transforma em postulado a tese "esgotamentista", o que o leva a explicar que se o governo tardou em tomar medidas de "reconversão", foi porque "as condições de financiamento externo eram tão favoráveis (grifos nossos) que... apesar do aumento da produção... de bens de produção (em escala inferior à sua procura), continuou-se a acelerar o crescimento do PIB com insumos externos (grifos nossos), a alentar a produção de bens de consumo, fizeram-se inversões improdutivas (grifos-nossos) (- Ponte Rio-Niterói, Transamazônicas, etc...) até chegar-se à barreira da inflação descontrolada de 1973/1974 e aos limites críticos da dívida externa, que outra coisa não significam senão a forma pela qual se deu o "desenvolvimento associado". "A dupla Médici-Delfim teria pois deixado a batata quente para seus sucessores, já que coube "ao governo Geisel... fazer a reconversão do modelo". Teria sido assim? Eram realmente "favoráveis" as "condições do financiamento externo"? O PIB foi acelerado graças a "insumos externos"? Inversões - como a Ponte Rio-Niterói ou a Transamazônica foram "improdutivas"? Estas afirmações, como em geral a concepção "esgotamentista" que sustentam desde tanto tempo, Celso Furtado, M.C. Tavares e F.H. Cardoso - para só mencionar os chefes da escola estruturalo-cepaliana em nosso país. -

em que pese um bem intencionado flirte com as categorias econômicas do materialismo histórico, repousam, do ponto de vista marxista, sobre grave confusão entre a estrutura técnica do Capital Produtivo (a tão mencionada e tantas vezes mal compreendida distinção entre o Setor I e o Setor II da produção, produção de meios de produção e produção dos meios de consumo) e a lógica de sua valorização. Sem dúvida, a estrutura técnica do aparelho produtivo brasileiro repercute nas formas e condições de valorização do Capital, mas não pelas razões que invoca Cardoso. Como mostramos na primeira parte do presente editorial, o bloqueio no processo de reprodução ampliada da produção capitalista em nosso país proveio essencialmente da alteração brusca da composição em valor do capital social médio determinada pela grave deterioração dos termos de intercâmbio com as metrópoles imperialistas, e não de mais um pretensível esgotamento do processo substitutivo, que seria o enésimo da lista, já que há dez anos atrás o próprio Cardoso anunciava, num trabalho aliás interessante "Desenvolvimento e dependência" o esgotamento da "substituição fácil de importações". Seria mesmo o caso de perguntar quando esgotarão de vez estes esgotamentos, ou se, da substituição fácil à difícil e da difícil à difícilíssima o capitalismo brasileiro teria diante de si um largo futuro de novos modelos de expansão...

Na realidade -seria preciso dizê-lo ainda uma vez?- as "condições de financiamento externo" nunca foram "favoráveis". Não somente porque constituíram uma colossal operação de usura imperialista financiada pela superexploração do proletariado e do campesinato e pela eliminação de pequenos e médios produtores, mas também porque -e é o que Cardoso parece ignorar- os usurários de sempre continuam dispostos a ganhar dinheiro fácil (malgrado a difícil substituição de importações) às custas da miséria do povo. É o que pensa o Banco Francês e Italiano para a América do Sul (Sudameris) que esclarece seus clientes, num relatório recente sobre o Brasil (dezembro de 1975) que "convém examinar estes dados (sobre a dívida exterior brasileira) com certa prudência, evitando comparações internacionais que não se justificam. Cabe antes de mais nada observar que o Brasil é um dos raros países do mundo que fornecem dados sobre sua dívida global e não apenas sobre a dívida externa pública ou garantida pelo Estado". Por isso mesmo, prossegue o Banco, "as entradas de capital devem ter sido iguais (em 1975) às do ano anterior, talvez mesmo ligeiramente superiores".

As mesmas considerações valem "mutatis mutandis" para os chamados "insumos externos". Os grupos monopolistas que fornecem estes insumos continuaram a fazê-lo, adequando-se, é verdade, às alterações na composição das importações provocadas pelas medidas restritivas recentemente adotadas em vista de evitar a bancarrota. Mas falar em "reconversão" dando a entender que o capitalismo brasileiro está prestes a ingressar numa etapa nova, onde a ênfase da acumulação estaria deslocada para a "expansão do setor de bens de produção" (que no contexto parece estar identificada à produção de máquinas e equipamentos) é cair um pouco naquilo que em seu Informe Econômico, o Jornal do Brasil (de 25-II-1976) após notar que "do governo passado para o atual o que mudou foram os termos do intercâmbio e as bases políticas da negociação, posto que as contas do petróleo introduziram um passivo anual de mais de três bilhões de dólares adicionais nas contas externas", chama de "cortina de fumaça para a opinião pública nacional", a saber "a linguagem acentuadamente nacionalista do processo de substituição de importações". Na realidade, não se trata apenas de linguagem, mas de especulação sistemática a que se entregam os porta-vozes econômicos da ditadura militar. O Secretário de Planejamento Reis Velloso, em dois artigos sucessivos (O Globo de 24-IX-1974 e Jornal do Brasil de 8-X-1974) insistiu em que "foi exatamente em duas épocas de aguda crise da balança de pagamentos e conjuntura mundial perturbada que o país realizou dois

significativos surtos de industrialização: a época da depressão dos anos 30 e o imediato pós-guerra". Por que não imaginar que a atual crise imperialista (e não "mundial" como diz o ministro) favoreceria um novo surto de industrialização, aquele mesmo que Cardoso liga à "reconversão do modelo"? Velloso se esquece apenas de um "pequeno" detalhe: é que os surtos de industrialização aludidos se efeturaram sobre a base de uma indústria pesada estatal (Volta Redonda) e do desenvolvimento do capitalismo nacional. Hoje, depois de ter cedido aos grandes monopólios multinacionais os setores mais lucrativos da indústria brasileira, depois de ter atrofiado, pela espoliação da classe operária e de largas camadas não monopolistas da população, o mercado interno nacional, depois de ter submetido o proletariado brasileiro às formas as mais terríveis de escravidão assalariada, os agentes da ditadura militar redescobrem as virtudes do desenvolvimento autônomo. Mas é difícil imaginar que estes caixeiros-viajantes do imperialismo realizem o que seria um autêntico "milagre brasileiro", a saber, suprimir o tributo aos monopólios imperialistas, reequilibrar a produção de meios de produção e a produção de meios de consumo. De resto, o próprio Velloso emite reservas face à campanha pró-imperialista consistente em atribuir à alta dos preços do petróleo a responsabilidade pela crise do capitalismo internacional. É claro, declarou num pronunciamento feito em 13 de outubro de 1974 na Escola Superior de Guerra, "que mesmo sem a exacerbação da crise de energia (entendamos: o preço mais justo conseguido pelos exportadores graças à OPEP), seria necessário realizar ajustamentos, pelo fato de que já estava o setor industrial funcionando a plena capacidade de produção, significando que expansão implicava em investimento para aumentar a capacidade; e de que a estrutura de produção estabelecida apresentava propensão excessiva a importações, quanto a equipamentos, matérias-primas e outros produtos intermediários". Mas trata-se, como ele mesmo diz, de "realizar ajustamentos" e não de transformar em profundidade o sistema de produção, porque para isso seria necessário um governo cuja honra não estivesse no bolso da alta finança imperialista. Na realidade, os "reajustes" de Velloso e consortes são efetutados segundo critérios de classe que seriam ridículos se não fossem abjetos. Recentemente a CACEX divulgou seu Comunicado 543, proibindo até 30 de junho próximo a importação de produtos "supérfluos" (Estado de São Paulo, 10-II-1976). Não foram incluídos nesta lista certos artigos de primeira necessidade para a minoria de parasitas a cujo serviço está o regime da tortura, entre os quais "queijos", "pasta de fígado de ganso", "caviar e sucedâneos", "vinhos de uvas frescas", "vodka", "uísque", "conhaque", "perfumes". Na mesma época, um estudo conjunto do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição e da Fundação Getúlio Vargas constatava que setenta e sete milhões de brasileiros, inclusive trinta milhões de jovens com menos de 18 anos, consumiam menos do que as 3.000 calorias consideradas como o mínimo necessário para uma vida ativa normal. O Estado de São Paulo de 2-III-1976 salientou, a propósito desta pesquisa, que "grande parcela da população brasileira ingere menos de 1.500 calorias em alimentos". Objetar-se-á que o luxo acintoso de alguns poucos não chega a pesar na balança de pagamentos. Mas dá a medida de um regime, e de seu interesse em operar reconversões. Salvo se estas convierem à lógica da acumulação monopolista.

Em certa medida, os grandes monopólios multinacionais estão dispostos a colaborar com os reajustes econômicos do regime. A ditadura, com certa habilidade, apoiou-se nas contradições interimperialistas e intermonopolistas (entre o governo norte-americano e o governo alemão, entre os monopólios norte-americanos Westinghouse e General Electric, e os alemães KWU, Steag, Siemens, Interatem, a Creusot-Loire francesa, etc.) associando-se, preferencialmente com os monopólios alemães (cujos capitais estão de qualquer modo extremamente interpenetrados por capitais norte-americanos) in-

troduzindo no Brasil, a peso de ouro, evidentemente (4 bilhões de dólares, são neste Acordo Germano-Brasileiro; mas "em seu conjunto, os investimentos necessários... se elevarão, até 1990, a cerca de oitenta bilhões de cruzeiros") (Estado de São Paulo, 28-VI-1975) a produção de energia nuclear. Os monopólios brasileiros, pequenas piranhas ao lado dos grandes tubarões estrangeiros, vieram afobadíssimos abocanhar seu pedaço no grande acordo. "As nove principais indústrias de mecânica pesada e de material elétrico-eletrônico formarão um consórcio com o objetivo de, juntamente com o governo federal, montar uma estrutura industrial capaz de permitir a construção, até 1980, de uma usina nuclear completa. O consórcio permitirá uma distribuição das encomendas entre as indústrias...", declarou ao ministro Ueki o capitalista Claudio Bardella, presidente da ABDIB. Ueki assegurou-lhe e, "aos empresários" em geral, "que é intenção do governo garantir um elevado grau de nacionalização dos equipamentos nucleares necessários à construção das centrais atômicas brasileiras" (Estado de São Paulo, 17-VII-1975). O caso do petróleo -examinado por Marta Alves em DEBATE 21- é talvez mais significativo ainda, porque aqui o aspecto "importação de tecnologia" (isto é importação de máquinas e equipamentos que incorporam os avanços mais recentes da ciência e da técnica) é, contrariamente ao caso da energia nuclear, praticamente nulo. Abdicar do monopólio estatal, abrir ao Cartel petrolífero nosso subsólo, num momento em que mesmo países reacionários nacionalizam o seu, tudo isso para que continuem afluindo ao país as massas de capital estrangeiro que aliviam temporariamente a pressão sobre a balança de pagamentos para agravar ainda mais a dependência financeira do país (como o alívio que traz a droga ao drogado) eis a "reconversão" de modelo sem pérfidas nem retoques. O serviço da dívida externa (juros e amortizações) representou em 1974 mais de 45% do valor das exportações. Novos empréstimos para saldar dívidas antigas continuam indispensáveis à ditadura militar em sua política de traição nacional e de regressão social. Numa situação de crise imperialista, torna-se ainda mais difícil obtê-los, e os juros cobrados elevam-se ainda mais. Donde as novas concessões aos grandes monopólios estrangeiros. Mas às vezes nem mesmo concessões bastam para convencer os grandes monopólios multinacionais a produzir internamente alguns dos "insusos externos". No caso do alumínio, o projeto Albras, elaborado em agosto de 1974, continua no papel, malgrado as romarias governamentais nas diversas metrópoles imperialistas. Inicialmente, o projeto visando à implantação no Pará de um complexo de produção de alumínio ficaria nas mãos do monopólio norte-americano Light Metal Smelters Association, que logo desistiu do projeto alegando "dificuldades financeiras". A ditadura foi então bater à porta dos monopólios japoneses (Nippon Light Metal, Showa Denko, Sumitomo Chemical, Mitsui Aluminium e Mitsubishi Chemical) que se associariam com a Vale do Rio Doce. Em vez de uma produção anual de 640.000 toneladas, como se projetara nas negociações com a Light Metal Smelters, os monopólios japoneses se comprometeram a produzir 340.000 toneladas, desde que o governo brasileiro arcasse com a construção da represa. Depois foram reduzindo o projeto até dele desistirem ao que tudo indica porque há superprodução interna de não-ferrosos, inclusive alumínio, no Japão. Agora fala-se em atrair os monopólios franceses no lugar dos japoneses. O reajuste, como se vê, será difícil.

Segundo Cardoso, a reconversão do modelo implicaria também em deixar de "a lentar a produção de bens de consumo" e de fazer "inversões improdutivas" como a Ponte Rio-Niterói e a Transamazônica. É difícil perceber o que entende por "inversões improdutivas". Tanto a ponte quanto a estrada em questão deram ocasião aos grupos capitalistas operando em regime de empreitada de realizar vultosos negócios. Talvez Cardoso queira dizer que em vez de investir em pontes e estradas faraônicas o Estado deveria ter dispendido estas somas seja para construir ele próprio, seja para financiar a cons

trução por grupos monopolistas, de fábricas produtoras de meios de produção. Em abstrato, não se poderia excluir "a priori" esta hipótese, mas de que serve levá-la "a posteriori"? Que no atual momento não sejam viáveis novas inversões faraônicas, é mais que evidente. A ditadura militar não está interessada em preparar sua própria bancarrota econômica. Mas justamente, é o espectro da crise e não uma obscura noção de "improdutividade" (que seria independente de um modo determinado de produção social) que deve ser aqui invocada. Quanto a "alentar" ou não a produção de bens de consumo de luxo, tudo depende, ao nível do mercado interno, da evolução relativa do poder aquisitivo das grandes massas populares e da burguesia; enquanto o essencial da demanda solvável estiver nas mãos desta, a produção de meios de produção continuará orientada em vista da produção de meios de consumo de luxo. Ou será que Cardoso acha que o Setor I da produção é independente do Setor II? Cabe considerar no entanto a hipótese da expansão da exportação de meios de consumo. Com efeito, importa pouco aos grandes monopólios, sobretudo aos estrangeiros, que seus super-lucros sejam realizados no mercado interno ou no mercado internacional. Seu objetivo principal é valorizar seus investimentos a uma taxa de exploração consideravelmente superior àquela em vigor nos países capitalistas metropolitanos (à qual se acrescentam os demais "incentivos" que lhes oferece a ditadura) e não conquistar nosso mercado interno, que de resto lhes está escancaradamente aberto. O presidente da Volkswagen do Brasil informou recentemente que em 1975, as exportações de sua empresa aumentaram 54% em relação a 1974, e em 1976, deverão aumentar 35% em relação a 1975. Pelo visto, ele não está informado de que o modelo deve se reverter... É interessante assinalar, neste mesmo sentido, que entre os temas agitados pelas forças operárias e democráticas francesas quando da campanha de protesto pela vinda de Geisel, estava a denúncia de que os grandes monopólios franceses realizam investimentos no Brasil no mesmo momento que desinvestem na França, onde o salário mínimo (SMIG) para um custo de vida ligeiramente superior ao dos grandes centros industriais brasileiros, é cerca de quatro vezes maior. (Ao condenar a campanha de protesto contra a visita de Geisel, a direção do MDB, que oscila entre o resmungo e a bajulação do mesmo modo que o governo ditatorial oscila entre a distensão e o terror, associou-se à causa da super-exploração do proletariado do Brasil. A linguagem patrioteira de Montoro e consortes dá a medida do filistinismo político dos chefes da oposição tolerada assim como de certas forças de esquerda que na prática fazem do MDB a frente principal de luta contra a ditadura militar.

Tudo isso não deve no entanto dar lugar a previsões apocalípticas. A importância da estatização capitalista em nosso país (à qual consagraremos uma análise aprofundada num próximo número de DEBATE) constitui, em que pesem as veleidades desestatizantes de alguns círculos da alta burguesia, uma válvula de segurança do sistema econômico implantado pela ditadura militar, que neste sentido provou sua capacidade de gerir os interesses globais do capitalismo. Tampouco se deve, numa reação exagerada contra os teóricos da "reconversão do modelo", subestimar os fatores que poderão impelir a ditadura militar a empenhar-se a fundo (dentro dos limites da lógica da valorização do Capital, nunca será demais repeti-lo) no desenvolvimento da produção interna de máquinas e equipamentos (sem esquecer, no entanto, como fazem alguns, de que o aumento da produção de máquinas e equipamentos supõe o aumento da importação de máquinas e equipamentos necessários à produção dos primeiros; Getúlio conseguiu promover Volta Redonda porque arranjou aos norte-americanos, na base de cerrada negociação política, as máquinas e equipamentos necessários ao lançamento da siderurgia nacional).

Abstração feita das recentes e já comentadas medidas de restrição de im -

portações, as principais decisões governamentais visando expandir a produção interna de máquinas e equipamentos ("bens de capital" na terminologia burguesa) foram tomadas no âmbito do financiamento público, especialmente através do BNDE, ao qual, desde julho de 1974 cabe a gestão dos recursos gerados pelo PIS e pelo PASEP, a serem aplicados nos programas de insumos básicos, infra-estrutura, FINAME, etc. Estes recursos, da ordem de 25 bilhões de cruzeiros, estavam até 1974, como lembra Cardoso, "indiretamente à disposição da rede bancária privada, através de repasses da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil". Graças a eles, "as grandes empresas (industriais ou não), especialmente as estrangeiras, abasteciam-se de capital de giro, quando não de capital especulativo. Como o BNDE não pode financiar empresas estrangeiras, segundo seus estatutos, estas sentiram-se prejudicadas quanto ao financiamento fácil ao capital de giro". Por produção de insumos básicos, o decreto de julho de 1974 entende: mineração, siderurgia (fundidos, forjados e ferros liga), metalurgia dos não-ferrosos, química e petroquímica, fertilizantes, celulose e papel, cimento. Segundo O Estado de São Paulo (de 29/I/1976) o valor total dos financiamentos do BNDE em 1975 atingiu 25,7 bilhões de cruzeiros (contra 2,5 bilhões em 1970, a preços de 1975). "No setor de insumos básicos, as aprovações alcançaram 13,4 bilhões de cruzeiros e os desembolsos 8,6 bilhões, com acréscimos de 76% e 141% respectivamente, em confronto com o ano anterior. Quanto às aprovações no setor de equipamentos pesados, atingiram 6,9 bilhões". Para 1976, segundo Marcos Viana, seu presidente, as aplicações do BNDE "buscarão atender apenas a dois setores-equipamentos e insumos básicos-continuando a dar ênfase ao fortalecimento das empresas nacionais. Os dois setores absorverão cerca de 70% dos recursos: de 39.5 bilhões de cruzeiros, os insumos básicos absorverão 9 bilhões (23%) e os equipamentos básicos 18,3 bilhões (46%)" (Estado de São Paulo, 29/I/1976).

Certos grupos de esquerda, deixando-se impressionar pelo alarde governamental em torno destas medidas, esquecem-se de que a satisfação da necessidade técnica da expansão da produção de máquinas e equipamentos é contraditoriamente determinada pela possibilidade econômica de valorizar o Capital, o que os leva a arriscar o prognóstico de que "possivelmente o setor que, em meio à retração, apresentará maiores taxas de crescimento e poderá servir de arranque para outro ciclo expansivo, será mesmo o de máquinas e motores". O manto do possível é largo. Por isso, o que mais pode significar este "possivelmente" (sobretudo quando inserido numa apreciação da "atual conjuntura" que parte da idéia de que "podemos falar em crise na medida em que os pontos de estrangulamento surgidos afetam a reprodução do sistema vigente e exigem alterações nesse mesmo modo de acumulação") (grifos nossos), senão uma forma de contrabando ideológico reintroduzindo subrepticamente a noção de reconversão do modelo? Que significam "alterações no modo de acumulação? O que é "modo de acumulação"? Algo mais que um pedantismo posto na moda em conhecido artigo de Francisco de Oliveira? Nesse caso seria preciso dizer em que esta "categoria" nova, que escapou a Marx, contribui para a compreensão do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista. Senão, fica a impressão de que se trata de novo grito da moda cepalina, para a qual o desenvolvimento econômico é um processo não-contraditório de substituição de modelos esgotados por modelos novos.

Bastaria no entanto seguir o movimento objetivo da valorização do Capital e as contradições com que se defronta nas condições de nosso país para determinar, sem necessidade de modismos, os limites ao desenvolvimento da produção de máquinas e equipamentos. O caso da siderurgia (ao qual foi consagrado, em DEBATE 16, um artigo de Marta Alves) constitui, juntamente com o da petroquímica, exemplo significativo da contradição entre as necessidades técnicas de integração do aparelho produtivo (isto é, da eliminação da disproporção entre a produção interna de meios de produção e a produção inter-

na de meios de consumo) e a lógica da valorização do Capital (isto é, da acumulação monopolista, sem modos nem modas). Um artigo recente de Jorge Gerdau Johannpeter, diretor-presidente do grupo Gerdau (Visão, 48 (8), 19/IV/1976), ilustra, na linguagem do Capital, esta contradição. "A causa maior de nos sentirmos, na siderurgia brasileira, inibidos com relação à oportunidade de investimento que a demanda projetada nos oferece e exige", se encontra "no custo de capital". Segundo Gerdau, a "taxa de retorno", capaz de "atrair investimentos em siderurgia", pode ser hipoteticamente fixada em "20% sobre o capital empregado". Esta taxa é um elemento da contabilidade capitalista que leva em conta os "capitais próprios" (dividendos, depreciação e amortização de ativo, imposto de renda e lucro proporcional ao risco de investimento) e os "capitais de terceiros" - juros e amortização de empréstimos. Em valores absolutos, os retornos necessários para o investimento antigo (da ordem de 300 dólares por tonelada/ano) seriam de 60 dólares por tonelada/ano. Os novos investimentos, da ordem de 900 toneladas/ano, suportam, guardadas as mesmas relações, retornos da ordem de 180 toneladas/ano (a taxa de retorno mantendo-se, em ambos os casos em 20%). Ora, o preço de venda dos produtos siderúrgicos, sempre segundo Gerdau, "gira em torno de 450 dólares por tonelada/ano". Donde, para manter a taxa de retorno anual de 20%, seria necessário aumentar a "margem sobre vendas" de 13% (60/450) para 40% (180/450). E mesmo assim, a velocidade de rotação do capital cairia de 1,5 para 0,5 por ano (isto é, de 450/300 dólares por tonelada/ano a 450/900 dólares por tonelada/ano). Seria portanto três vezes mais lenta. A taxa de lucro aumentando na razão direta da velocidade de rotação do capital, entende-se a "inibição" dos Gerdau e consortes, infinitamente mais preocupados em maximizar seus lucros do que em reconverter modelos ou alterar modos de acumulação.

3. Novos golpes na classe operária

A expansão econômica de 1968-1973, embora tenha mantido e mesmo agravado o arrocho, aumentou a oferta de emprego na indústria, a ponto de provocar la miríadas patronais. Em fins de outubro de 1973, Wolfgang Sauer, presidente da Volkswagen do Brasil, vinha a público queixar-se das dificuldades em encontrar 160 ferramenteiros, "operários de elite, que ganham mais de 2.000 cruzeiros mensais". O fato nada tinha de surpreendente quando se tem em conta que a produção industrial crescia a uma taxa anual média de 15%. Dada a desorganização dos serviços estatísticos do regime, a própria avaliação do contingente do proletariado industrial oscilava, naquela ocasião, entre 3,5 milhões (Ministério da Indústria e Comércio) e 4,5 milhões (Ministério do Trabalho). Confusão que dá a medida da "eficiência administrativa" do aparelho estatal, tão louvada pelos "cientistas sociais" estipendiados pela dita dura. (A eficácia dos operários, em compensação, foi reconhecida, segundo Veja (19/XII/1973), pela "filial brasileira da Coats Pattons", segundo a qual, a porcentagem de faltas ao trabalho era "extraordinariamente pequena", "próxima dos 2%"; na Europa, as faltas chegam a 13% e "na Ásia, onde o grupo está fortemente concentrado, os índices passam dos 12%"). "Em matéria de emprego a situação está boa para o trabalhador", constatava, nesta mesma ocasião o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Tão boa, comenta Veja, "que a Braspressas, metalúrgica do grupo paulista Cobrasma, adotou a surpreendente técnica da panfletagem, distribuindo volantes em pontos de ônibus, bares e campos de futebol da várzea, para atrair os mecânicos e soldadores". Donde verdadeira concorrência em escala nacional pelo recrutamento da força de trabalho. "Um anúncio enviado de São Paulo ao "Correio Riograndense", diário de Cairias de Sul... pedia... um número ilimitado de operários do setor mecânico para trabalhar numa empresa paulista "de grandê

porte". Exemplos desta natureza eram então abundantes, e atingiam setores de pouca qualificação, como a construção civil. Compreende-se que nesta situação tenham se intensificado as lutas reivindicativas da classe operária, malgrado o terror ditatorial. Sem dúvida, os capitalistas podiam contar com a supressão de empregos no campo (descrita no artigo de A. Silva publicado neste mesmo número de DEBATE) para garantir a recomposição do exército industrial de reserva. Mas de qualquer modo, a escassez relativa de mão de obra aparecia como consequência do rápido processo de acumulação dos anos anteriores. Se tivesse havido um mínimo de liberdades sindicais, se o terror reacionário não houvesse neutralizado a classe operária que em sua massa não encontrou ainda o caminho da organização independente, os efeitos da expansão capitalista sobre o mercado de trabalho teriam ido no sentido de favorecer um surto de lutas econômicas capaz de melhorar consideravelmente as condições de existência das grandes massas operárias. É de notar que as altas nominais de salário mínimo foram relativamente importantes em 1975 (41%), mas assim mesmo inferiores ao aumento do custo de vida, de maneira que, malgrado a relativa escassez de mão de obra, o arrocho continuou. Um documento recente do DIEESE mostra que entre dezembro 1970 e fevereiro 1976 o poder aquisitivo do salário mínimo baixou de 26% no eixo Rio-São Paulo. Para restabelecê-lo em relação àquela data (na qual, como é sobejamente sabido, ele já fora extremamente reduzido em relação a fevereiro de 1964, quando foi concedido o último aumento salarial antes do golpe) seria necessário um aumento nominal de 40% no dia 19 de maio. Foi este o aumento efetivamente adotado pela ditadura, mas é óbvio que ao ritmo atual de inflação ele será rapidamente absorvido pela alta dos preços. Donde uma nova "descoberta" dos economistas estipendiados pelo regime: a "ração mínima" definida no Decreto-Lei 399 de março 1938 teria se tornado obsoleta, já que alguns dos artigos que dela fazem parte "já saíram da dieta alimentar". Por exemplo a banha (substituída pelos óleos vegetais) e a manteiga (substituída pela margarina), sendo que outros "têm um consumo apenas aleatório - caso da farinha de trigo" (Jornal do Brasil de 6-III-1976). Pelo visto novos artigos continuarão saindo da dieta alimentar, como deixa prever o otimismo realmente descarado dos porta-vozes da burguesia brasileira. Foi aliás o próprio ministro do Trabalho que declarou, na Câmara Federal, durante os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito sobre salários, que "a lei está fora da realidade e o dia a dia impede sua obediência" (Estado de São Paulo de 19-III-1976). Nesta mesma ocasião aliás, ele retomou o argumento mentiroso de que "o menor valor atingido pelo salário mínimo ocorreu em janeiro de 1964", omitindo que em fevereiro daquele ano o governo Goulart concedeu 100% de aumento.

As perspectivas são portanto sombrias para a classe operária. Tanto mais que contrariamente a uma outra mentira do mesmo Pietro (que disse ver "com otimismo a evolução da criação de novos empregos no Brasil, no setor urbano") basta não ser imbecil para compreender que quando baixa o crescimento da produção, baixa também o crescimento da oferta de empregos. A média de crescimento de empregos no Brasil em 1975 "foi de 12% no último ano" declarou este farsante (O Estado de São Paulo de 23-III-1976), "o que é excepcional, considerando-se inclusive dados fornecidos pela OIT com relação a outros países, onde o crescimento foi menor e até mesmo negativo". É que "nos outros países" os parasitas do Capital não dispõem, como o sr. Pietro, de CODIS e OBANS que permitem ao governo mentir impunemente à custa da miséria dos trabalhadores. E mentir estupidamente, dado que ninguém pode crer que quando o PIB cresce de 4% o emprego cresce de 12%. Segundo Prieto, "revelando dados que ainda serão fornecidos ao IBGE", "nos últimos 12 meses foram criados no Estado de São Paulo" nada menos que "332.067 empregos novos" Ora, o que revela o IBGE é que de novembro 1974 a novembro 1975 o número de empregados na indústria de trans

formação caiu de 652 a 642 mil (Estado de São Paulo, 26-II-1976). A revista Veja (nº380 de 17-XII-1975) mencionando também dados de pesquisas mensais do IBGE compara a evolução do crescimento da oferta de empregos de janeiro a agosto de 1974 a idêntico período em 1975, que em Pernambuco baixou de 11,5% a 2,33%, em Minas de 8,67% a 3,88%, em São Paulo de 10,68% a -0,96% e no Rio Grande do Sul de 5,60% a 1,04%. Números que dispensam comentários. É de notar neste sentido que uma das mais duras lutas econômicas de 1975 teve lugar nas Docas de Santos, a partir do momento em que, pretextando diminuição de cerca de 10% da tonelagem movimentada pelo porto "em razão das restrições impostas pelo governo às importações" (Estado de São Paulo de 7-VIII-1975), a direção da Companhia das Docas anunciou a demissão de cerca de 1.500 trabalhadores. O assunto movimentou a cidade de Santos, sobretudo na medida em que duras métodos repressivos foram adotadas contra os operários. Como denunciou na ocasião o deputado, hoje casado, Marcelo Gato, a empresa recorreu a milícias patronais e cárcere privado, prática fascista que tem se multiplicado (vide exemplo da Construtora Alfredo Mathias). É patente portanto que a crise alarga a frente das lutas proletárias em defesa das condições sociais de existência e de trabalho, colocando a defesa do nível de emprego no primeiro plano. Evidentemente, as manifestações do desemprego não serão uniformes, devido não somente às características gerais da depressão cíclica na época da interpenetração dos monopólios e do Estado capitalista (a ação estatal tendo por efeito transformar suas bruscas manifestações em lento processo depressivo onde se combinam a aceleração da inflação e a estagnação), mas também à própria estrutura do emprego industrial em nosso país, marcada por profunda desigualdade de desenvolvimento entre os diversos setores produtivos. Assim é que desde janeiro deste ano, voltou a se notar no Rio, falta de mão de obra na construção civil. É que, explicou o presidente do Sindicato local da categoria, "o operário hoje escolhe o que melhor lhe convém, em termos de salário". Frase antológica na boca de um pretense líder sindical, reveladora no entanto dos efeitos da desigualdade de desenvolvimento capitalista sobre o nível de salários e de emprego. No Rio, "um pedreiro ganha entre Cr\$ 4 e Cr\$ 5 por hora, em São Paulo o pagamento é de Cr\$ 8 ou Cr\$ 9. Aí o servente ganha Cr\$ 3 e em São Paulo Cr\$ 5" (Jornal do Brasil, 25-I-76)

Por entre as mentiras oficiais e as declarações contraditórias de diferentes círculos da burguesia, transparece indistigável inquietação com a evolução do emprego, que combinada ao arrocho pode levar a situação social ao ponto dramático em que mesmo o terror ditatorial se torna impotente para conter a revolta dos explorados contra a insuportável degradação de suas condições sociais de existência. Um editorial econômico do Estado de São Paulo (10-XII-1975) mostra ao mesmo tempo uma aguda consciência de classe e um claro desígnio de basear na exploração diferencial do trabalhador a possibilidade de manutenção do crescimento (agora já não mais acelerado). Nesse sentido, e por tentar sintetizar o ponto de vista da direita liberal sobre a crise, seus efeitos sobre o emprego, as maneiras de superá-la superando o desemprego, o editorial em questão merece exame detido. "Parece ganhar força, dentro do governo, a idéia de alterar o sistema de contribuição das empresas para a Previdência Social. Pela fórmula que se vem discutindo, a contribuição deixaria de ser calculada sobre a folha de pagamento, passando a ser paga com base no valor faturado pela firma". Esta é a primeira preocupação do editorial. Que considera positiva a alteração então em exame, já que "há muito tempo se reconhece que os encargos sociais, que gravam as folhas de pagamento, são um forte desestímulo à maior absorção de mão de obra". Menos encargos sociais para os capitalistas, eis uma constante palavra de ordem do jornal da família Mesquita. Só que a alta burguesia ao reclamar por exemplo "a redução das obrigações previdenciárias no Nordeste", necessita fantasiar seu interesse egoísta de minoria exploradora de interesse nacional. "Num país em que a mão de

obra é muito mais abundante que o capital, não tem sentido punir-se a ampliação das oportunidades de trabalho, mas é isso o que tem ocorrido tradicionalmente. Em consequência desta distorção, não apenas se frustra o objetivo social de multiplicação de oferta de empregos, mas além disso, se utilizam irracionalmente os fatores disponíveis no país". A ausência de liberdade de expressão para as correntes operárias e marxistas habitua os ideólogos da burguesia a dizer besteira sem ser refutados, donde as pérolas do cretinismo burguês (seja na variante militar, mais grosseira, seja na variante civil, mais cautelosa) que abundam nas diferentes manifestações públicas das classes dominantes. A tese vulgar de que no Brasil "a mão de obra é muito mais abundante que o capital" (como se a mão de obra não fosse ela mesma capital variável - inclusive do ponto de vista da contabilidade capitalista) significa simplesmente que o preço deste elemento da produção é em virtude da repressão fascista sobre os sindicatos, indefinidamente compressível, enquanto que o dos elementos do capital constante importados obedece ao nível de preços do mercado mundial, fixado pelos grandes monopólios multinacionais e não pode ser reduzido pelo terrorismo ditatorial (que se transforma aqui em servilismo abjeto ao imperialismo). Se a preocupação do Capital fosse cumprir "o objetivo social de multiplicação de oferta de empregos", nada mais simples que uma pequena reforma agrária permitindo a milhões de subempregados ou desempregados da terra melhorar suas condições de vida e aumentar a produção interna num setor onde sabidamente é muito baixo o componente técnico do processo de trabalho. Mas o que torna ainda mais estúpida a tese do órgão do sr. Mesquita é que, como vimos anteriormente, a mão de obra falta justamente em setores de baixa qualificação, e em regiões de menor concentração de capital, como no Rio. Não existe abundância absoluta de mão de obra, mas relativa e determinada pelo caráter desigual do desenvolvimento capitalista (falta de mão de obra pouco qualificada em regiões de desenvolvimento capitalista intermediário - Rio - e falta de mão de obra qualificada em regiões de elevado desenvolvimento capitalista - São Paulo). No mais, é bastante irônico que o porta-voz tradicional do "partido norte-americano" em nosso país descubra agora que "a industrialização brasileira se processou com forte importação de tecnologia, criada em países caracterizados por outra disponibilidade de fatores" (e sem repressão fascista nos sindicatos), concluindo tardiamente que "o mero transplante dos instrumentos e das técnicas de produção deveria necessariamente sancionar e reforçar as distorções já alimentadas pela política de incentivos à industrialização". O problema é que não se reconverte um modelo com a mesma facilidade com que se troca de camisa.

O erro em que já está caindo, atrás de certos teóricos democratas, uma corrente de nossa esquerda, de levar a sério a propaganda burguesa em torno de um novo surto de expansão baseado na produção interna de máquinas e equipamentos mostra a importância da batalha ideológica suscitada pela crise. "Nesta nova fase da substituição de importações - voltada para a produção nacional de equipamentos e de insumos básicos - abre-se à economia brasileira uma preciosa oportunidade de reajustes tecnológicos", proclama o editorial do Estado em sua peroração final. "É importante que o governo... procure favorecer, por todos os meios, o desenvolvimento de uma tecnologia finalmente apropriada às condições brasileiras. Tecnologia absorvedora de mão de obra - é bom recordá-lo - não significa necessariamente, tecnologia atrasada. Mais uma vez vale a pena recordar o exemplo do Japão, onde se soube conciliar, com sabedoria, o aproveitamento da abundante mão de obra e a ambição de produzir os bens mais sofisticados, sem sacrifício de qualquer destes objetivos". Mas com sacrifício de milhões de homens imolados pelo fascismo asiático de Hiro-Hito e dos monopólios japoneses, pelas bombas atômicas do imperialismo rival norte-americano e pelo atual sistema militar de dominação imperialista no Extremo-Oriente. Que ninguém se iluda com o novo "milagre brasileiro" que por enquanto ainda é feito de frases ocas e de pedaços de papel: no que depender do regime e de seus beneficiários, o que se prepara é nova década de miséria para as massas.

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Rolando Fratti

IV - Da resistência antiditatorial à volta de Getúlio

Como vimos no capítulo anterior, no seio do "Estado Novo" havia uma grande contradição : uma parte da burguesia na qual predominava a industrial, que havia apoiado Getúlio em 30, era favorável a levar o país a formar ao lado do Eixo ou mantê-lo neutro ; outra, composta pela burguesia tradicional e pelo latifúndio, defendia a tese do "Brasil Essencialmente Agrícola". Desalojada, em 1930, do poder político federal por Vargas, luta agora pelo rompimento com o Eixo e pela entrada na guerra ao lado das Democracias. Esse setor filonorte-americano das classes dominantes, era mais forte que o pró-Eixo, pois jogavam em seu favor fatores subjetivos e objetivos: 1º - em virtude do bloqueio do Atlântico pelas armadas da Inglaterra e EE.UU crescia a dependência do país à potência ianque ; 2º - o afundamento de cargueiros no Atlântico (1942) provocou violentas manifestações populares contra o Eixo nazi-fascista ; 3º - a burguesia tradicional participava do governo com interventores, ministros, oficiais das Forças Armadas e membros do Poder Judiciário, e do ponto de vista econômico, como se sabe, predominava então a economia agro-pecuária. Contava, além disso, com o apoio decidido das potências aliadas, onde pululavam os políticos brasileiros expulsos do país por Getúlio em 1937 e 1938 ; 4º - a tese do rompimento com o Eixo tinha também a seu favor o movimento operário e na sua esteira o movimento estudantil e intelectual, que a partir da passeata, relatada no capítulo anterior, aumentou muito sua atividade em favor da guerra contra o Eixo já que estávamos convencidos que a derrota deste seria uma vitória do proletariado e das demais forças democráticas. Assim, objetivamente se formou uma Frente que incluía todas essas forças, inclusive o PCB que até então, embora arrebatado, sustentava um Programa Revolucionário.

Esse jogo de interesses possibilitava atos como a passeata de S. Paulo e outros. Na medida em que crescia a pressão das forças pró-Aliados e pelo rompimento com o Eixo, Getúlio sentia mais a necessidade de apoiar-se no Movimento Operário e pari passo ia morrendo a bestial e sistemática onda anticomunista. Era claro para os teóricos do "Estado Novo" que a aliança do proletariado com o latifúndio era precaríssima e momentânea, e previam uma mudança radical no fim da guerra. Creio que nessa fase era o momento certo para o Partido reafirmar e consolidar uma posição de independência. Recolocar sem hesitação o problema da Reforma Agrária Radical e do domínio imperialista, reclamar uma nova estrutura sindical, coisas que aliás o Movimento Sindical exigia desde 1937. Uma posição de firmeza e independência teria coesionado rapidamente o Partido e aumentado sua autoridade junto a forças vitalmente interessadas na libertação do país do domínio ianque e do atraso do latifúndio. Tal posição não prejudicaria a Frente contra o Eixo. Ao contrário a fortaleceria mais, cristalizaria um bloco de forças autenticamente nacional e democrático, capaz de dirigir o avanço do povo brasileiro no sentido de uma autêntica democracia, na medida em que aumentava a perspectiva da derrota do Eixo nazi-fascista.

Em agosto de 1943 o PCB realiza a Conferência da "Mantiqueira". Nela se forma a Comissão Nacional de Organização Partidária (CNOP) e Prestes condena do a 30 anos e outros, também presos, são eleitos para o CC. As resoluções da "Mantiqueira" amenizam a luta contra o latifúndio e o imperialismo. Na verdade preparavam uma virada de direita. A CNOP teve a função de preparar o Partido para essa virada. Seus integrantes, ao invés de adotar métodos justos para enfrentar as divergências em curso, preferiram uma prática pequeno burguesa e passaram a queimar quadros e direções inteiras que tinham divergências. Esse tipo de atuação foi mais acentuado em S. Paulo, cujo Comitê Estadual só foi reconstituído com a legalidade do Partido em 1945, a pretexto de que S. Paulo estava infiltrado de trotskistas e policiais. Assim, a pobreza teórica, política e ideológica de nosso Partido, particularmente da C. N.O.P. que era o organismo dirigente, ao invés de jogar com as contradições no seio da burguesia e montar um Partido apto a ser vanguarda de todo o povo, o prepara para por o proletariado a reboque da burguesia mais reacionária. Contribuiu assim para debilitar forças positivas que seguiam Getúlio. Essa falta de independência do Partido impossibilitou levar à prática a palavra de ordem "Constituinte com Getúlio". Como se sabe G. Vargas ao terminar a guerra foi deposto pelas forças mais reacionárias, criando assim condições favoráveis para a plena aplicação da doutrina da "guerra fria". A de posição de Getúlio provocou uma mudança na correlação de forças no aparelho de Estado, a dano das forças democráticas e progressistas.

Em 1943 Getúlio rompe com o Eixo e baixa instruções para preparar a F.E.B (Força Expedicionária Brasileira). Esse fato dá lugar a um grande impulso do Movimento Popular e Operário contra o fascismo. Em apoio a essa iniciativa, passeatas, comícios, seminários, congressos, etc., enfim qualquer pretexto, para convocar as massas e realizar debates, é válido. Os limites discricionários do Estado Novo estão rompidos! Surgem comissões femininas contra a carestia e ajuda às famílias dos pracinhas. A OAB organiza uma série de Congressos Jurídicos com os quais mobiliza e tira da letargia os profissionais liberais (é o embrião da UDN). A Comissão de Incremento do Cooperativismo nos meios operários promove debates e congressos. O Movimento Sindical particularmente em Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru, Santos e Santo André, onde é mais coeso que na Capital, dá grandes passos na mobilização de massas e no terreno da unidade com outras forças. Comícios e passeatas contra a carestia e a falta de produtos essenciais, como açúcar, carvão para uso do místico, sal, trigo, tecidos de baixo custo, querosene, gasolina, etc., são realizados. Os sindicatos, salvo alguns que ainda estão sob intervenção, já estão todos novamente sob a direção da esquerda, principalmente do PC. Pode-se afirmar que o Movimento Sindical não obstante as leis reacionárias do Estado Novo, nunca ficou apenas no consentido. Lutou sempre e por isso alcançou grande autoridade junto a outras forças. Esta atitude levou a passeata contra a carestia em S. Bernardo do Campo, sob a direção de uma comissão municipal, onde estavam presentes desde o clero até o PC, a ter pleno êxito. Os pontos de convergência eram a luta contra o fascismo, a carestia, e a falta de produtos. Organismos deste tipo surgem em várias cidades do Estado, o que levou Getúlio a criar a "Mobilização e Coordenação Econômica" (MCE), com a incumbência da distribuição de certos produtos, como gasolina, açúcar, sal, tecidos, o tabelamento e a fiscalização dos preços. Surgem sub-comissões da MCE em todas as cidades. O Prefeito local é o presidente nato da Comissão, os Sindicatos são chamados para colaborar, mas os problemas se agravam: prolifera o cambio negro e o desrespeito às tabelas de preços, nenhum negociante é punido conforme dispõe a lei, chamada de Proteção da Economia Popular. Esse fato, aparentemente simples, dava margem a grandes debates nas assembléias públicas, nas quais predominava o argumento de que o governo, ao

ser tolerante, fazia o jogo do fascismo. Na verdade era um problema de classe: Afinal a que classe pertenciam os homens que integravam tais comissões?

Nas fábricas havia pressão operária contra os baixos salários e contra as arbitrariedades dos empregadores. Já citamos a do pessoal da Sorocabana e de Lins em 38, e agora, em começo de 44, temos a greve da Laminação Nacional de Metais, em Utinga/SA. Esta indústria, do grupo Pignatari, pelo fato de produzir uma seção de armas automáticas (pistolas e metralhadoras), era superintendida por um oficial do exército. A lei especial de 43 pôs sob a direção das Forças Armadas todas as empresas que produziam produtos classificados como essenciais, desde a distribuição de gasolina, etc até a produção de tratores, e os milicos dirigiam essas empresas como quem dirige um quartel, o que deu oportunidade a muitas manifestações de resistência dos operários, que ia desde as formas mais simples até a greve, como foi o caso da Laminação Nacional de Metais. A represália policial contra os 2 mil operários que cruzaram os braços, exigindo a substituição do superintendente, foi dura. Dezenas de operários foram dispensados e postos na lista negra, o que significava dificuldades para obter emprego no Estado, pois a greve era considerada uma ação atentatória à soberania nacional. Os 2 companheiros que mais se destacaram na luta - Armando Mazzo, comunista que em 46 seria eleito Prefeito de Santo André, e Itagiba, um socialista de São Bernardo - tiveram suas casas vasculhadas pelo DOPS na mesma noite, porém essa tática era já conhecida, não foram encontrados em casa.

Assim, numa onda crescente do movimento de massas, na qual surgem novas bandeiras, tais como: Anistia Geral e Irrestrita, Assembleia Constituinte, Monopólio Estatal do Petrólio, legalidade para o PCB, e outras, chegamos ao 8 de maio, fim da guerra. Nessa ocasião realizam-se gigantescas manifestações de regozijo em todo o País. A anistia põe em liberdade 3.200 presos políticos. O PC abre sedes em todas as cidades e formam-se filas para nele ingressar. Prestes foi um dos primeiros a ser libertado, sua figura legendaria e autoridade inabalável entre os comunistas tem influência decisiva na reunificação e reconstrução do Partido.

O ascenso de massas era tal que bastava colocar uma faixa em um determinado bairro com os dizeres: Hoje, aqui, comício comunista para juntarem-se milhares de pessoas. Todos queriam ver e ouvir os comunistas, tal o prestígio alcançado em 23 anos de lutas clandestinas. Brotam organismos partidários em todo o País. Não há nenhuma restrição para nele ingressar. O fim da guerra, entre outras, traz também a novidade dos partidos de massa. O princípio leninista de "partido de quadros mergulhado numa periferia de organizações de massa" foi considerado superado.

Integrando uma comissão paulista estivemos com Prestes 3 dias após sua libertação. Como é natural estava bastante eufórico, demasiadamente, no entanto, para um chefe revolucionário, foi nossa opinião. Subestimava demais as forças inimigas, sustentava a validade da consigna "Constituinte com Getúlio". Realmente em torno de Getúlio agrupavam-se fundamentalmente as chamadas forças progressistas, e nós sindicalistas sabíamos disso melhor que ninguém, apenas observamos que a adesão do CC a essa consigna era demasiadamente tardia. Alguns setores do Partido como foi dito anteriormente já eram partidários dessa consigna, outros não.

O fim da guerra provocou uma recomposição de forças em torno de problemas novos: gente que foi pró-Eixo, agora já era pela Constituinte com Getúlio.

lio" e outros que foram pró-Alinados já não endossam a "Constituinte sem Getúlio". O certo é que as forças golpistas tinham o apoio norte-americano. Os ianques não perdoaram o homem que tentou abalar seus interesses ao lutar para não participar da guerra. Getúlio foi deposto e o Presidente do Supremo Tribunal Federal assume a Presidência da República. Passado o momento da euforia, começam as greves operárias por aumento de salários e outras reivindicações. As greves estouram em todas as cidades industriais. Santo André começa com a Firestone - uma indústria de salários altos - e alastra-se a todas as categorias. As lutas têm alto nível organizativo e extrema combatividade. O Sindicato dos Metalúrgicos é o quartel general, ali organiza-se inclusive um ambulatório médico, com trabalho voluntário de médicos e enfermeiros, pois são muitos os operários feridos nos conflitos com a polícia. Sabres e cassetetes contra pedras e porretes, armas dos operários. Prestes no seu 1º comício - São Januário, na Guanabara - apresenta a linha política "Paz e Tranquilidade", nela se afirma que "o imperialismo havia saído da guerra com os dentes quebrados", que o capitalismo não tinha possibilidade de recuperar-se e que, portanto, havia chegado a fase da possibilidade da via pacífica da revolução. Condena as greves operárias, afirma que a baderna só interessa às forças reacionárias e que os operários deviam "apertar o cinto", a fim de proporcionar uma acumulação capaz de habilitar a burguesia para ter forças suficientes para promover a libertação do país do domínio ianque.

Em vão o Partido procura aplicar essa política, não foram poucos os companheiros que ao tentar aplicá-la foram vaiados e agredidos pela massa. Foi o caso por exemplo do líder gráfico Rocha Mendes e do metalúrgico Armando Mazzo. Os operários foram plenamente vitoriosos. Nessa questão voltaram as costas ao Partido.

Para a Assembléia Constituinte 14 deputados e 1 senador, o Partido elegeu Luis Carlos Prestes foi o senador mais votado. A seguir em 46 para a Presidência da República, Governadores de Estados, Deputados Estaduais, Prefeitos, e Vereadores, o Partido não podendo apoiar nem Dutra nem Eduardo Gomes, lança à última hora Yedo Fiúza, e obtém 500 mil votos. Causa decepção, esperava-se muito mais! Essa nossa esperança baseava-se na frequência aos comícios, que era muito superior à dos demais partidos. Não se levava em conta que os 48% dos presentes eram analfabatos, e também o fato do candidato, um ilustre desconhecido, alvo de violentíssima campanha difamatória, por parte das forças adversárias. Em São Paulo fizemos 13 deputados estaduais; em Santos fizemos 14 vereadores em 21 que compunham a Câmara Municipal, em Santo André, 13 em 17 e o Prefeito Municipal; na Capital 13 em 21. Fomos igualmente majoritários em Sorocaba, numerosa bancada tivemos em Ribeirão Preto, enfim não houve município em São Paulo sem representação comunista. Vê-se pois que o Partido apesar da nebulosa em que andou metido desde 37 tinha enorme prestígio de massas. Mandar o operário apertar o cinto e chamá-lo de baderneiro quando fazia greves e ter maioria em cidades importantes como a Capital, Santos, etc. é ter prestígio para jogar fora. Penso que a diferença da votação às câmaras municipais, estaduais e federal isto é, majoritários quanto a vereadores e baixa porcentagem de votos para deputados no global, se deve ao fato de se tratar de cidades de grande concentração operária, onde o Partido esteve sempre presente nas lutas populares e operárias. É preciso considerar que nestas cidades também os deputados tiveram votação majoritária, como por exemplo, em Santos, a dobradinha Oswaldo Pacheco - Federal - e Taibo Cadorniga - Estadual - tiveram mais de 50% de votos. Em Santo André, Euclides Savietto, candidato a deputado estadual, não preferencial, teve 7.200 votos dos 19.000 votantes do Município.

Em 1947 os EE.UU lançam o Plano Marshall, destinado a socorrer as burguesias dos países onde havia uma situação que tendia a ser revolucionária, gerada pelo caos econômico social e político, causado pela guerra recém terminada. Bilhões de dólares foram invertidos na Itália, França, Alemanha, Japão e outros, ao mesmo tempo, sempre os EE.UU., lançam a doutrina Truman, conhecida sobretudo como "guerra fria", a qual consistia em instalar bases em todos os pontos estratégicos do mundo para impedir a expansão do comunismo soviético, é o que diziam, e desencadear uma onda reacionária no interior de cada país do mundo capitalista, visando particularmente os partidos comunistas.

Apenas o PCI e o PCF, graças, entre outros fatores, à grande força de massas que possuíam não foram postos na ilegalidade. Mesmo assim, perderam a representação que tinham nos Ministérios. O PCB foi declarado a serviço de potência estrangeira e posto fora da lei, a seguir todos os cargos eletivos foram anulados, os sindicatos e cooperativas de consumo organizadas pelos sindicatos foram tomados pela polícia política e suas diretorias destituídas. Foi restabelecido o Atestado de Ideologia, o direito de greve foi suspenso, os salários foram congelados.

Com essa onda reacionária milhares de recém ingressados desapareceram do Partido o que exigiu todo um trabalho de recomposição de direções em todos os níveis e ao mesmo tempo um remanejamento de quadros, pois que com os 2 anos de legalidade todos ficaram conhecidos pela polícia e só os das grandes cidades tinham possibilidade de sobreviver, embora clandestinos.

O CC responde à reação com uma nova linha política. Esta nega completamente a anterior. Já não é mais de "Paz e Tranquilidade" ou de "apertar o cinto" e o operário grevista igualmente já não é mais baderneiro, mas um revolucionário! O negócio agora é: "Tudo por um Governo Democrático de Libertação Nacional". Penso que no que se refere à estratégia, essa virada de 180 graus estava certa, pois indica os EE.UU. como o inimigo principal, coloca o problema do poder e ordena a formação de Comitês Democráticos de Libertação Nacional, como os órgãos de base do novo Poder; propõe o confisco e passagem às empresas estatais de todas as empresas norte-americanas e recoloca a necessidade de uma Reforma Agrária Radical.

O inaceitável é que essa nova linha apareceu como que por encanto e não à base de uma ampla discussão, o que traria à baila os erros das anteriores, que transformaram um Partido de tradição revolucionária num Partido amorfo que se deixou espoliar docilmente de uma legalidade duramente conquistada e de centenas de mandatos populares. Provavelmente e por isso mesmo a nova linha tenha aparecido como obra da mãe de S. Pedro...

Tivessem os homens do CC promovido ampla discussão, crítica e autocrítica do período anterior, tanto da linha política, como do conduta do CC, teríamos alcançado resultados mais positivos e evitado erros graves no plano tático e de condução do trabalho partidário. A "Resolução Sindical" declara que os sindicatos constituem um mero instrumento nas mãos da burguesia para oprimir e explorar o proletariado, e determina que se formem sindicatos paralelos. Ainda bem que tal resolução estava tão fora da realidade o que impossibilitava a sua aplicação; senão teríamos alcançado aquilo que a reação nunca conseguiu: dividir em profundidade a classe operária brasileira! ... No Estado de São Paulo apenas 2 municípios tentaram aplicar essa resolução, Santo André e Santos, mas os resultados foram tão desastrosos que quase liquidaram o Partido, nesses importantes municípios.

Dissemos, de passagem, dos erros de condução do trabalho partidário (métodos de direção) . Vamos dar alguns exemplos para que se compreenda a imaturidade dos nossos dirigentes. Em primeiro lugar criaram um sistema estranho dentro do Partido: os "assistentes". Um corpo de assistentes do CC - membros ou não deste - assistiam os Regionais (os Comitês Estaduais haviam sido suprimidos) e estes assistiam os Municipais, e por sua vez, estes assistiam as Bases. Acontecia que os Assistentes tinham plenos poderes : modificavam direções a seu bel prazer, alteravam os planos de trabalho, quer dizer, eles estavam sempre acima das direções que "assistiam" e o faziam sempre em nome da Direção que representavam ... Este sistema encabrestou o Partido de tal modo ao CC , ou melhor, à Comissão Executiva, que liquidou completamente o espírito de iniciativa dos organismos partidários e eliminou o princípio do centralismo democrático, rebaixando, assim, ainda mais o nível dos militantes e do Partido em seu conjunto. Em segundo lugar estabeleceu um sistema de emulação tipicamente pequeno burguês, pois oficializava o baluartismo e em consequência o carreirismo - nessa fase faziam-se muitos Ativos de controle de aplicação dos planos de trabalho e claro que os informantes de cada região ou município pintavam as coisas sempre cor-de-rosa, embora fossem negras. Tratava-se de ganhar o prêmio e principalmente de ser citado como exemplo pelo companheiro - em geral do CC - que fazia o encerramento da reunião ... Lembro-me do responsável do Norte do Paraná que ganhou inúmeros prêmios de recrutamento, mas acabou expulso quando da eleição de JK . Este teve ali menos votos que o suposto número de militantes da região. Mas o dito cujo nesta altura já havia abocanhado os prêmios e até uma viagem à URSS ... Cito estes casos para mostrar como essas duas invenções - o Assistente e a Emulação - foram negativas em todos os sentidos, suprimiram o centralismo, e criaram o mais desenfreado mandonismo, o carreirismo e a bajulação. A moda de então era arrancar atos de repercussão, fosse a custa do que fosse; eram importantes meios para mobilizar as massas, dizia-se. Escrituras murais : "Viva Stalin", "Abaixo o Governo Feudal Burgues", "Morte ao Imperialismo Ianque" ; enterros simbólicos de personalidades brasileiras ou norte-americanas ; a queima da bandeira ianque em logradouros públicos ou concentrações naturais de massa e comícios relâmpagos, registrar candidatos a cargos eletivos nos partidos burgueses para fazer a propaganda como candidatos de Prestes (claro que não tomavam posse e acabavam em cana) etc . O importante era fazer agitação.

A forma mais alta de luta era a de arrancar greves, de preferência nas empresas grandes, tarefa difícil pois o país havia entrado numa fase de desenvolvimento econômico, havia fome de mão-de-obra e grande migração do campo para as cidades industriais. A única greve de grande repercussão na época foi a do porto de Santos. Foi uma greve essencialmente política. Em 1947 a FSM baixou a tarefa de greve em todos os portos, de sabotagem aos navios espanhóis. Em cumprimento dessa resolução os estivadores recusaram-se a descarregar os navios de Franco. A Polícia Marítima baixou o pau. Em represália pararam os 30 mil trabalhadores do porto. Durante 27 dias nenhum navio, nem mesmo brasileiro, foram carregados ou descarregados em Santos. Um dos líderes dessa greve foi Oswaldo Pacheco, atualmente nos cárceres da ditadura militar fascista. Essa greve que constituiu uma indiscutível manifestação da tradição revolucionária do porto de Santos, apesar de contar com a solidariedade do Movimento Operário de todo o país foi derrotada. É que estávamos numa fase de pleno ascensão da reação em todo o mundo, tanto assim que de todos os portos da América Latina os únicos que tentaram levar à prática a Resolução da FSM foram : Santos, Montevideo e Havana.

Outra luta de grande repercussão nessa fase foi a resistência armada dos posseiros de Porecatu (Paraná), Dourados (Mato Grosso), Formosa (Goiás) e em outros pontos conflitivos do País. Essa resistência contra a brutalidade do latifúndio durou mais de um ano e só terminou quando Getúlio, ao tomar posse da Presidência da República em 1950, como um dos seus primeiros atos, desapropriou as áreas em conflito e as entregou aos camponeses. O método de trabalho do CC, tipicamente mandonista, com supressão total do centralismo democrático, somado ao insucesso prático da linha política no meio operário e a posição errônea com relação ao governo Getúlio (considerado um mero agente do imperialismo ianque) geraram contradições e indagações em todo o Partido e iam aumentando à medida que o governo tomava posições positivas, por exemplo: em março de 50, Getúlio discursando em Curitiba denunciava sem meias palavras a espolição das riquezas nacionais pelo imperialismo ianque e fazia um apelo à união nacional para salvar o País. Em 52 Jango ao ser nomeado Ministro do Trabalho baixou uma portaria suspendendo o Atestado de Ideologia, dobrando o salário mínimo e convocou eleições gerais em todos os sindicatos. O CC reuniu-se em agosto de 50 e lançou o célebre "Manifesto de Agosto". Nele fala dos grandes êxitos da linha política de 47, reafirma sua justeza e exorta o Partido a empregar sempre maiores esforços na sua aplicação. A seguir baixou medidas visando ao mais estreito controle partidário: é intensificada a política de remanejamento de quadros e de direções; a UJC foi transformada em tropa de choque, a ela são dadas as tarefas de agitação e propaganda que exigiam mais audácia; é intensificada a luta em defesa do petróleo e a campanha pela paz; surgem em muitas cidades centros de estudo e defesa do Petróleo e Cruzadas da Paz; intensifica-se a atividade dos comandos em cada fábrica importante visando organizar greves. Digna de nota foi também a campanha contra o envio de soldados à guerra da Coreia, a qual ganhou maior impulso quando Elisa Branco no desfile militar de 7 de setembro, no Anhangabaú, desfraldou uma faixa com os dizeres: "Os soldados nossos filhos, não irão para a Coreia". Também a solidariedade teve certo desenvolvimento: coleta de fundos, armas e munições aos resistentes de Porecatu e Dourados; pela libertação dos 47 presos dos "Navios Espanhóis", pela libertação de Elisa Branco, de jornalistas de "Hoje" e outros.

Tampouco foram resolvidos outros problemas bastante desgastantes como o dos Sindicatos Paralelos e da posição diante de Getúlio, presidente eleito em 50 com 73 por cento da votação.

Em fins de 52 o CC lança um novo documento "Nova Política Sindical" fazendo autocrítica dos Sindicatos Paralelos, ordenando sua dissolução e mandando o Partido desenvolver uma política de unidade nas empresas. Resolução tardia, pois as bases já vinham fazendo isso há muito tempo, tanto que em março de 53 o Porto de Santos faz uma vigorosa greve geral, por aumento de salários e pela readmissão de servidores que haviam sido dispensados por motivos políticos. Esta greve foi consequência de um programa de ação elaborado conjuntamente com todas as forças atuando no porto, principalmente comunistas e trabalhistas. No mesmo ano dá-se a greve dos 530 mil operários da construção civil, da indústria têxtil e metalúrgicas da Capital. Esta greve também foi comandada por comunistas e trabalhistas, a partir do interior das grandes empresas: era o novo e importante ascenso do movimento operário.

MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICATOS
Fernando Andrade

§4 - *A greve de Osasco vista por José Ibrahim*

Mais de 600 sindicatos colocados sob intervenção policial-militar, com seus dirigentes presos ou perseguidos, capacidade praticamente nula de defesa de suas condições de existência e trabalho, perplexidade política, desilusão com o PCB "partido da classe operária" que tinha deixado passar anos e anos de relativas liberdades políticas sem realizar um esforço sério e concentrado no sentido de contribuir poderosamente à organização sindical nas fábricas, impotência do "maximalismo" intelectual-estudantil da POLOP congenitamente viciada em repetir os objetivos gerais do programa histórico do comunismo para um público estudantil pequeno-burguês sem jamais conseguir transformar suas doutrinas (repetição mal assimilada dos clássicos do marxismo) em força material, em prática política operária, voluntarismo desorganizado do nacionalismo de esquerda-brizolista, tal era, em rápidos traços, o panorama do movimento operário e das forças de esquerda no período aberto pela vitória da contra-revolução. Ele explica a relativa facilidade com que a ditadura terrorista à serviço dos monopólios impôs o arrocho e o controle sobre o movimento sindical.

A primeira tentativa de resistência sindical ao arrocho e à repressão ditatorial surgiu em 1967 com a organização do MIA - Movimento Intersindical Antiarrocho. A esquerda naquele momento estava em plena crise política, ligada ao amadurecimento da luta interna travada no interior das diversas organizações tradicionais (isto é, anteriores ao golpe), PCB, PCdoB, POLOP, AP, que culminaria com a ruptura dos partidários da luta armada, desencadeada logo a seguir pelas futuras VFR (suboficiais e marinheiros brizolistas, dissidência da POLOP, marxistas independentes) e ALN (cisão marighellista do PCB). O PCB realizava seu VI Congresso, após a ruptura dos partidários da luta armada à qual se seguiria a dos "centristas" do PCBR, liderados por Mario Alves. Neste Congresso foram confirmadas as teses oportunistas de direita adotadas no V Congresso. Esta situação repercutiu no movimento sindical, com o MIA dividido em duas correntes, uma pretendendo realizar sobretudo agitação no interior do aparelho sindical de maneira a pressionar o Ministério do Trabalho e o governo ditatorial, outra, na qual havia muitos militantes operários com simpatias pelas teses insurrecionais castristas, entendia partir para uma luta direta de massas. A luta entre as duas correntes no interior do MIA foi suficientemente intensa para fazê-lo morrer no nascedouro: algumas concentrações sindicais e comícios realizados no fim de 1967 e no início de 1968, seguidas de discreta hibernação que seria definitiva.

Neste contexto em que tanto no interior do movimento revolucionário quanto da esquerda sindical eram os partidários da passagem imediata às ações diretas que constituíam a força em ascensão, a primeira ofensiva política de massas contra a ditadura, amadurecida desde 1965-1966, iria desencadear-se com insuspeitada amplitude a partir do assassinato do estudante

Edson Luis. Com as massas na rua, a tática do MIA, de petições e abaixo-assinados contra o arrocho, de reuniões "ordeiras" onde compareciam somente os sindicalistas militantes, ficou amplamente superada pelos acontecimentos. Os tagarelas "de esquerda" da POLOP (então transformada em "Partido Operário Comunista", como se a junção de um grupo de estudantes "maximalistas" a outro grupo de estudantes "maximalistas" pudesse engendrar por um passe de mágica um partido de operários), continuavam a dissertar gravemente contra o "reformismo". A AP - organização da esquerda cristã - estava em plena operação de sincretismo ideológico, descobrindo o "maoísmo", e em que pese a professada veneração pelo movimento de massas, tampouco tinha bases e ainda menos tradições para se por à frente das lutas de massa operária. Nada de estranho portanto que a corrente revolucionária do movimento operário, aquela mesma que dirigiu a mais importante luta operária realizada sob a ditadura (referimo-nos evidentemente a Osasco) encontrasse nos partidários da luta armada que haviam na prática manifestado claramente a vontade de derrubar a ditadura, seus interlocutores no processo de reorganização do movimento revolucionário.

Osasco, tornou-se, com a perspectiva histórica de que hoje dispomos sobre os acontecimentos ali transcorridos em 1968, a referência obrigatória de toda tentativa de análise da experiência de luta do proletariado nas condições da ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios. Todas as organizações políticas da nossa esquerda, dedicaram uma "palavrinha de ouro" às "lições de Osasco". Trata-se em geral de declarações bombásticas e superficiais de quem conhece a greve por ouvir dizer. Examinamos, uma depois das outras, ao elaborar este artigo. E encontramos poucos trabalhos sobre o assunto, efetuados de um ponto de vista revolucionário, que merecem ser discutidos. Um deles é o número especial de Unidade e Luta de novembro de 1972, tendo por tema "A Greve de Osasco". Outro o trabalho de Jacques Dias, escrito em 1972, mas publicado posteriormente em espanhol. O inevitável professor Weffort também produziu, na série cadernos do Cebrap, um estudo repleto de graves e sentenciosas considerações sobre a greve de Osasco, que além de não apresentar nenhuma análise ou conclusão digna de interesse, foi visivelmente redigido sem que o autor tivesse qualquer espécie de contacto ou informação direta sobre o desenrolar da greve, o que o leva a permanecer naquela "vago específico" característico da linguagem sociológica. Não perderemos tempo com ele. Estudaremos a greve de Osasco como marxistas e para tanto, nos basearemos na importante entrevista que José Ibrahim - que dispensa apresentações - concedeu a Unidade e Luta (no número especial a que fizemos alusão).

O traço mais característico das lutas operárias de Osasco está em que a organização nas fábricas aí alcançou um desenvolvimento que não encontrou em outros centros industriais, nem mesmo naqueles igualmente famosos pela combatividade da massa (Baixada Santista, certos núcleos do ABC, docas de Santos, etc.). A experiência mais importante, neste sentido, foi a da "comissão da Cobrasma", cujas origens são anteriores ao golpe de 1964. É curioso notar que foi criada por uma corrente cristã, que se recusava a participar da luta pela formação da central sindical a partir de posições de direita (negação da luta de classes, economismo, despreocupação pela luta política, etc.). Mais curioso é constatar que o esquerdismo, obcecado em demonstrar o "reformismo" do PCB, deixe de apontar esta "peculiaridade" ideológica inicial da comissão da Cobrasma.

Foi só no período aberto pela instauração do regime ditatorial, com a

derrota inglória do CGT e do PCB, que sem dúvida nenhuma, como o assinalamos em artigo anterior, haviam exageradamente privilegiado o trabalho de cúpula em detrimento da organização da massa ao nível das unidades de produção, que a comissão da Cobrasma assumiu um papel revolucionário. José Ibrahim resume bem o problema da luta ideológica no interior do movimento operário de Osasco no período precedente ao golpe: lembra como foi criado, paralelamente à "comissão" cristã, um comitê de operários/revolucionários dentro da Cobrasma ("um pequeno grupo de quatro ou cinco companheiros"), e como na mesma época "surgia em Osasco ... a Frente Nacional do Trabalho ... congregando elementos da Ação Católica Operária e da Juventude Operária Católica e fazendo oposição aos comunistas/pela direita dentro do sindicato". "Havia um sectarismo muito grande da parte dos comunistas para com os cristãos e destes para com os comunistas". Os cristãos da Frente Nacional do Trabalho "acusavam o sindicato de fazer muita agitação política esquecendo-se dos problemas dos operários nas fábricas. Diziam que a fábrica era bastante desumana, nela existiam muitos problemas e apregoavam a atuação cristã no sentido de humanizá-la. Para tanto defendiam o diálogo entre patrão e operário, baseado na compreensão mútua". Ibrahim salienta em seguida que a consolidação do trabalho revolucionário dentro da Cobrasma se deu a partir de uma aproximação do comitê clandestino (do qual ele fazia parte) com a comissão cristã: "Nós mantínhamos o comitê clandestino e antes do golpe decidimos nos acercar da comissão, pois ao nível do trabalho de massa na fábrica ela realizava um trabalho de agitação semelhante ao nosso". Ele se integrou nesta comissão, realizando a ligação entre ela e o comitê clandestino. Como sempre acontece, foi através de um dramático acidente ("uma explosão e um companheiro antigo e muito conhecido que trabalhava na boca do forno feriu-se gravemente") que o comitê clandestino e a comissão semi-aberta se puseram à frente da luta dos operários. / Elas haviam sempre agitado "a questão da insalubridade e periculosidade no trabalho. Este era um problema candente e muito sentido, particularmente no setor da boca do forno". É importante notar como o trabalho prévio de organização e agitação criou as condições para que, no momento / em que ocorreu o drama, a massa exprimisse sua revolta e exigisse melhoria de suas condições de trabalho. Levado para o hospital, o operário/ferido morreu. "Esse fato comoveu todo mundo e a comissão programou uma paralização na hora do enterro. No momento exato, tocou-se o apito da fábrica e houve um silêncio total, todo mundo tirando os capacetes em sinal de respeito - inclusive a chefia - , os engenheiros que estavam na produção. Durante cinco minutos a fábrica parou. Em seguida voltamos ao trabalho". A partir daí, a solidariedade de classe foi suficiente para impor ao patronato o reconhecimento da comissão. Em 1965, se realizou a primeira eleição da comissão de representantes da Cobrasma, após garantia de imunidade para os operários eleitos. Composta de 38 trabalhadores, e tendo como presidente e vice-presidente dois membros da FNT, (Ibrahim foi eleito segundo-secretário) a comissão estava assim consolidada no interior da fábrica (que empregava entre 2.800 e 3.200 operários, chegando a um máximo de uns 4.000 quando se intensificava a produção).

Na análise da experiência da comissão após ter sido reconhecida pelos patrões, Ibrahim destaca a contradição inevitável entre a corrente cristã da FNT, que praticava a colaboração de classes, e os operários revolucionários. "A comissão foi se desgastando perante a massa", já que, através do "diálogo" com os patrões conseguia atendimento para pequenas reivindicações, mas limitando-se a um papel de "leva e traz" /

entre as reivindicações da massa e os patrões. Estes inclusive passaram a promover os membros da comissão, o que evidentemente a enfraquecia ainda mais do ponto de vista dos trabalhadores e criava condições para a corrupção de seus representantes. " Percebendo o que ocorria, nós do comitê clandestino começamos a combater esta tendência, dizendo que a comissão estava se burocratizando, transformando-se em um órgão de cúpula e de arbitragem... " Um duro combate político se trava, e progressivamente os elementos do comitê clandestino vão ganhando a confiança da maioria dos trabalhadores. Em fins de 1966, uma operação tartaruga foi organizada por eles, para obter reajuste salarial. Após luta tenaz numa situação favorável (" a empresa estava em uma fase de muita produção, tendo inclusive que entregar uma remessa de vagões para o Uruguay "), em frente a pressão patronal (" a produção chegou a baixar de quase 30% sem que os patrões conseguissem detectar a ação da comissão "), os trabalhadores conseguiram fazer-se ouvir: os reajustes acabaram sendo concedidos. Quando do término do mandato da primeira comissão, os elementos revolucionários, bastante favorecidos, conseguiram ser eleitos em grande maioria, desalojando praticamente todos os elementos da FNT. Ibrahim foi eleito presidente da comissão. Fez " um programa ", com " plano de agitação procurando organizar em todas as secções, núcleos a ela ligados ". Um exemplo dos métodos de trabalho da comissão :

" Então por exemplo, havia um problema com o banheiro que era muito ruim. Nós chegávamos e começávamos a agitar esta questão em cada secção. E em pouco tempo todo mundo estava reclamando do banheiro. Um problema que todos sentiam, mas que ninguém havia levantado, passa a ser debatido. Porque esse patrão não dá jeito? Não dá jeito porque não dá lucro pra ele. É um benefício pra nós e não pra ele, porisso ele não liga. Em compensação compra uma máquina nova porque essa sim vai lhe trazer mais lucro. Nisso ele investe dinheiro, mas não investe em nada que seja melhoria de condições para nós ". " Nós nos baseávamos no princípio da acumulação/ de forças a partir de vitórias parciais dentro da fábrica. Travar uma luta sabendo o que estávamos querendo, até onde podíamos chegar e mantendo/ sempre uma margem de negociação; obter uma vitória parcial, capitalizá-la e partir para outra reivindicação. Através dessas lutas parciais nós íamos formando muita gente " .

O ponto de partida dos operários da Cobrasma foi aquilo que para os mencheviques de " esquerda " tropicais - POLOP, e adjacências - constituiu um Eldorado eternamente sonhado porque irremediavelmente distante do revolucionarismo oral em que se comprazem : o " comitê de empresa " no caso a comissão da Cobrasma. Mas, tratava-se em seguida de sair do âmbito de uma fábrica, de estender a ação a outras fábricas, o que evidentemente levava à definição de uma política em relação ao sindicalismo oficial. " Nós sempre procuramos atuar dentro do sindicato ", declara Ibrahim ao começar a responder à questão sobre as relações entre a comissão da Cobrasma e o Sindicato de Metalúrgicos de Osasco. " Nós nunca abandonamos o sindicato ", repete. Estas fórmulas são infinitamente/ mais valiosas que todas as pedantes dissertações de graves pensadores de extrema " esquerda " permanentemente tendendo à proletarização. São fórmulas de um proletário com consciência de classe e com consciência revolucionária. " Com o golpe de 1964 houve intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que durou até 1965. Nesta fase procuramos travar uma luta contra a interventoria, presidida por Camargo, um crioulo que sempre

fêz oposição de direita no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo junto / com o Malvezzi. Com o golpe, o Malvezzi foi nomeado interventor em São Paulo, O Joaquinzinho em Guarulhos e o Camargo em Osasco. Os membros da interventoria eram operários já bastante corrompidos, ligados à UDN e ao Herbert Levy, enfim, representantes do sindicalismo amarelo". Foi em cima da hora, para evitar formação de chapa com posições de luta de classe que os interventores anunciaram a convocação de eleições. " Não tivemos condições de organizar uma chapa de oposição ", diz Ibrahim. " Saiu uma chapa única articulada pelo próprio interventor com elementos que ele / pescou nas fábricas, gente sem militância e experiência e com membros da FNT, cuja presença garantiu certa representatividade. Esta nova diretoria não podia ser qualificada de corrupta ou nitidamente de direita. Era presidida pelo Eno Amorim, um operário da Brown Boveri, que tinha a visão estreita, aceitava o sindicalismo paternalista e assistencialista, achava que devia respeitar as leis e o governo, mesmo que não concordasse com algumas delas, mas que não era uma pessoa desonesta ou conscientemente de direita como o Joaquim por exemplo ". " Nós continuamos a atuar no sindicato depois que subiu essa nova diretoria ". " Na Cobrasma, jamais descuidamos do trabalho de sindicalização ".

Longe portanto de se opor à organização das comissões de fábrica, a luta nos sindicatos aparece na experiência dos operários revolucionários de Osasco, como seu prolongamento necessário. Foi lutando dentro do sindicato que o comitê revolucionário da Cobrasma - agora tornado núcleo dirigente da comissão - contribui poderosamente à formação de uma corrente sindical de esquerda. " O pessoal de esquerda que trabalhava em outras em presas vai se ligando ao nosso grupo ... Muitos tinham saído do PCB, vinham de outras regiões - Minas, Bahia, Baixada Santista. Alguns inclusive tiveram cargos no PCB e haviam se desligado na correria do golpe. Existiam companheiros que tinham liderado greves, participado de várias lutas, enfrentando a polícia e estado na prisão. E quando viram que existia gente com posições de esquerda dentro do sindicato buscaram uma aproximação ".

A prática política da corrente de esquerda nada tinha a ver com o revolucionarismo oral de certos amigos do proletariado. " Nós não negávamos o sindicato, nem pixávamos sua diretoria. Apenas mostrávamos uma alternativa através do exemplo da Cobrasma e da comissão de empresa. Na luta dentro do sindicato jamais dizíamos: " a direção é pelêga, é traidora ", não combatíamos ou vaiávamos os pelêgos. Quando eles colocavam uma posição / nós apresentávamos uma alternativa. Por exemplo, durante a campanha salarial eles diziam que era necessário reivindicar 30% de aumento, porque segundo a tabelinha do governo, o reajuste seria de 25%. Nós dizíamos que isso era incorreto, que os 25% do governo eram a lei do arrocho, e se o custo de vida tinha aumentado 50%, nós deveríamos reivindicar um reajuste de 50% para denunciar o arrocho, o aumento do custo de vida, etc." / "Nós fizemos um trabalho sistemático dentro do sindicato que deu frutos. Além da vida sindical em Osasco, eu participei de todos os Congressos sindicais realizados entre 65 e 67, sempre como delegado eleito pela Assembléia e a Diretoria era obrigada a me engolir ".

Assim se criaram as condições para a eleição de Ibrahim à Presidência do Sindicato de Metalúrgicos de Osasco. A corrente de esquerda já se fortalecera bastante e tinha claro que " o sindicato é um órgão limitado ", o importante é a organização pela base, os comitês dentro das fábricas - legais ou clandestinos de acordo com a situação especí

fica - entretanto desde que se tenha bem claro suas limitações o sindicato é um instrumento válido, que pode servir ao objetivo principal, a organização independente da massa".

Uma composição política foi necessária para o processo eleitoral. " Nós / considerávamos válida a nossa participação, mas éramos contrários à diluição do grupo de esquerda no sindicato. Por isso, mais uma vez eu fui o único do grupo a sair como candidato, junto com elementos da FNT e independentes sob nossa influência. Dos 25 membros da chapa, 7 compunham a direção efetiva, que tinha direito a voto. Desses 7 eu era o único do grupo de esquerda". O importante era o programa da chapa, um " programa classista", rompendo com o " assistencialismo", combatendo o arrocho, lutando pelas liberdades sindicais e pelo direito à organização de / comitês de empresa. Da chapa não participaram elementos do PCB. " Nós discutimos com o PCB e propusemos sua incorporação antes de organizar a chapa. A direção do PCB achava que era necessário marginalizar os cristões e compor com a situação, com o pessoal de direita, porque assim poderíamos ter cargos importantes no sindicato. Nosso problema era tirar / a direita do sindicato e colocar gente de esquerda, desde que estivesse comprometida com o programa, que para nós sempre foi o mais importante. E a direção do PCB se negou". Ibrahim aliás assinala que a parte um grupo trotskysta, o resto da esquerda " por exemplo POLOP, AP, não teve nenhuma atuação nesse período nem nos ajudou em nada. Nós contávamos apenas com nossas próprias forças, eles vieram depois, quando apareceu a " mina de ouro" eles vieram para Osasco, mas nunca conseguiram nenhuma penetração devido à visão incorreta de como atuar no Movimento Operário". Os verdadeiros dirigentes proletários, como se vê, são categóricos ao julgar certas " tendências proletárias...".

O depoimento de Ibrahim deixa bastante claro que era possível " utilizar / o organismo sindical em função da organização independente". "Iniciamos um processo de mobilização fábrica por fábrica. Íamos nas portas das empresas discutir com os companheiros os problemas internos, chamando-os para discussões no Sindicato...". " O nosso objectivo era esgotar em todas as fábricas os métodos legais de atuação... para que a massa fizesse a sua experiência. Partimos de um princípio: não adianta radicalizar, a pregoar a greve, se a massa ainda não entendeu sua necessidade. E ela vai interiorizando essa necessidade na sua prática do dia a dia. Por isso, começamos pelas lutas parciais, pelas lutas específicas ao nível de cada empresa". Um processo de democratização da vida sindical foi empreendido, de maneira que o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco adquiriu " características diferentes dos demais: era um organismo com apoio de base e / que dava condições para a massa participar; era enfim um Sindicato mais democrático. E a massa tinha confiança no grupo de esquerda que atuava e dava dinamismo ao Sindicato, pois a Diretoria praticamente não existia ...".

A eleição da chapa dirigida por Ibrahim teve lugar em julho de 1967, isto é, na abertura do período de ascensão das lutas operárias, inicialmente a través do MIA (que não foi longe, já que controlado por reformistas, conciliadores e oportunistas de direita), mais tarde, a partir de março de 1968 pela vaga de lutas antiditatoriais que iria sacudir o país, até o fim daquele ano. A greve de Contagem (Minas) em abril 1968, a ação violenta / de massas no 19 de maio em São Paulo (tomada do palanque, transformação-

do ato de colaboração de classes previsto pelos reformistas, pelos oportunistas de direita e aprovado pelo revolucionarismo o ral de grupúsculos como o POC, que recusou participar da tomada do palan - que; aliás como lembra Ibrahim em seu depoimento o esquema de defesa da Praça da Sé estava assegurado por militantes da futura VPR e da futura / ALN (ver Unidade e Luta, ibidem, p.20) a greve da Barreto Keller em Osasco (que durou 7 dias e terminou pelo recuo patronal com satisfação das reivindicações fundamentais dos trabalhadores : aumento salarial, promessa de melhoria das condições de trabalho, reconhecimento da comissão de empresa) criaram " um clima de agitação muito grande ". Naquele momento diz Ibrahim " sabíamos que havia organização suficiente para tirar uma greve, mas não para sustentá-la ". Mas " começaram a aparecer espontaneamente nas fábricas pizações pedindo greve ". A influência da greve da cidade industrial de Contagem era considerável. O clima era pois de " radicalização ". O próprio Ibrahim mostra no entanto a inconseqüência da análise que fazia na época. De um lado diz ele, em Minas " não houve a repressão, e em São Paulo, o movimento estudantil não estava sendo / reprimido ". Aonde a esperança de que tampouco em Osasco uma vaga greve / ta seria reprimida. Por outro lado, pensava-se que "o governo está em crise, ele não tem saída, o problema é aguçar o conflito ... donde nossa concepção insurrecionalista da greve: levar a massa através de uma radicalização crescente a um confronto com as forças da repressão. Era a vi / são militarista aplicada ao movimento de massas ". Em outros termos: não havia sequer condições para aguentar a greve se houvesse repressão, e já se queria dar à greve caráter insurrecional. Infantilismo que a ALN deixou registrado na fórmula lapidar " temos que passar à luta armada porque a ditadura não tolera a luta reivindicativa ". Como a formiguinha dizendo que já que não consegue assustar a pulga então o negócio é assustar o elefante...

A descrição do desenrolar da greve feita por Ibrahim se encontra no número especial de Unidade e Luta em que nos estamos apoiando no presente / artigo. Infelizmente, não há espaço para reproduzi-la aqui, em sua integralidade. Optamos, já que tínhamos de fazê-lo, por reproduzir as passagens politicamente mais significativas. Os comitês de empresa e os grupos revolucionários eram especialmente fortes em duas fábricas: Cobrasma e Lonaflex. O " esquema da greve " preparado pelo núcleo revolucionário previa a ocupação destas duas fábricas e a paralização de duas / outras, a Barreto Keller - onde há pouco terminara greve vitoriosa e a Fósforos Granada. " Quando decidimos fazer a greve em julho... guiava - nos uma análise errada da conjuntura... ". Organizou-se a greve "no pior momento", diz Ibrahim. E num estilo perfeitamente esquerdista de lançar desde logo na batalha as duas fábricas onde o trabalho de organização estava mais avançado, atraindo sobre elas o peso da repressão e isolando - as do resto. " Porque voces decidiram ocupar as fábricas ? " perguntou a Ibrahim a redação de Unidade e Luta. " Primeiro porque havia o prece - dente da ocupação de que tínhamos condições de ocupar... Visivelmente, / como tática, como política, é um tanto rudimentar... (É importante lembrar que a única organização presente como tal na greve de Osasco foi a futura VPR, da qual era militante, entre outros, José Campos Barreto. Prá ticamente todos os operários revolucionários de Osasco com participação / na greve aderiram em seguida à VPR).

A paralização e ocupação da Cobrasma e da Lonaflex foram executadas com

rapidez e precisão. Na Lonaflex houve incidentes, provocados / por nazistocás histéricos da TFP, que contavam com adeptos entre os técnicos e os empregados de escritório da empresa. Eles tentaram " sair à força da fábrica, agredindo os companheiros que guardavam os portões. A massa veio em seu auxílio e deu a maior surra nos técnicos e principalmente nos elementos da diretoria da fábrica ". Quaisquer que tenham sido os desvios militaristas da greve, este castigo inflingido pela massa nos nazistocás histéricos é infinitamente mais pedagógico, abre infinitamente / mais perspectivas teóricas aos operários que as dissertações pedantes do revolucionarismo oral polopista e polopófilo (esta última expressão designando a auto-intitulada " tendência proletária " de nossa esquerda).

A paralização da Barreto Keller e da Fósforos Granada também foi realizada com rapidez. Só que ali as condições eram outras. " A Granada tinha mais ou menos uns 400 operários, dos quais cerca de 350 eram mulheres e menores o que tornava o trabalho bastante difícil. Através dos companheiros da / Barreto Keller, que conheciam todas as meninas da fábrica, estabelecemos os primeiros contactos. A greve da Barreto Keller em fins de maio tivera grande repercussão na Granada, onde existiam muitos problemas. A partir de então conseguimos montar um grupo dentro da empresa com as companheiras / mais avançadas. Com elas discutimos o problema da greve. Disseram-nos que não tinham condições de organizar a paralização mas que se o pessoal da Barreto Keller entrasse em greve e lhes desse uma ajuda, elas criariam o clima para que a Granada aderisse ao movimento. E assim foi, os companheiros da Barreto Keller paralizaram o trabalho com muita facilidade, pois estavam bem organizados e tinham uma experiência de greve vitoriosa. Em seguida formaram um piquete e atravessaram o portão que ligava as duas fábricas. Antes que entrassem no prédio da Granada, as meninas começaram a parar, gritando: " Greve ! Greve ! ". Companheiros do Comando Geral da greve foram até as duas fábricas, juntaram os trabalhadores e conduziram-nos em passeata pelas ruas da cidade até o Sindicato. Havíamos preparado / com antecedência cartazes contra o arrocho e outras leis do governo, por aumento de salário e outras reivindicações!"

Como se sabe, a repressão interveio rapidamente. Na Cobrasma, os operários, tendo à frente José Campos Barreto, dispunham-se a enfrentar as tropas / da Força Pública. Barreto fez aos soldados um discurso conclamando-os a não reprimir os trabalhadores. Foi preciso que a oficialidade usasse de todo seu poder de intimidação para que a invasão começasse. " Os tatus e brucutus romperam a barricada. Os companheiros desligaram todas as luzes. A tropa de choque entrou na fábrica às escuras, dando rajadas de metralhadora para o alto e atirando bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Houve muito combate corpo à corpo, os operários estavam dispostos à brigar... " " O Barreto e o pessoal do comando da greve procuraram fazer com que os companheiros saíssem de forma mais ou menos organizada, convocando-os para comparecer no sindicato pela manhã. Na Lonaflex, os operários cercados, exigiram, para sair, que os líderes da greve não fossem incomodados. Após negociações, a Força Pública aquiesceu.

Malgrado a repressão, a greve continuou. Malgrado o clima de intimidação que a repressão ditatorial fazia reinar em Osasco, os operários da / Brown Boveri se puseram em greve no dia seguinte à invasão militar da Cobrasma e Lonaflex. A Braseixos aderiu à greve no mesmo dia. Mas, a vaga insurreccional não viria. Os setores mais avançados da classe operária /

se tinham lançado precipitadamente num combate desigual, isolando-se da massa da classe e, obrigados a recuar, haviam por seu próprio insucesso, desestimulado tentativas análogas em outros núcleos industriais.

Em Osasco, com a cidade ocupada militarmente, o refluxo da greve começou no quarto dia. "Cerca de 50% do pessoal voltou ao trabalho. A partir daí praticamente perdemos o controle do movimento. Estávamos sendo procurados pela polícia, não podíamos circular por Osasco. Entretanto a greve continuou por mais um dia, a partir do qual 80% dos operários retornaram às fábricas". Mas não retornavam com as mãos vazias. Como todo combate de massas, a greve de Osasco teve repercussões inclusive no plano econômico. "No primeiro momento os patrões negaram-se a atender qualquer das reivindicações e começaram a falar em dispensas em massa. Nós então retomamos a agitação, através de panfletagem, comícios relâmpagos, protestando contra as dispensas e propondo uma nova paralização. Diante disso os dirigentes sindicais de São Paulo, a cúpula da FNT, o clero, convocaram uma reunião com os patrões na DRT onde se fez um acordo. Os patrões cessariam as dispensas, atenderiam algumas das reivindicações e pagariam a indenização para os demitidos. Chegaram a conceder reajustes salariais entre 15 e 20%".

Que lições tirou Ibrahim do movimento grevista? "Para fazer um grande movimento é preciso escolher o melhor momento e levar em consideração uma série de fatores como a correlação de forças, nosso nível de organização, a disposição da massa... Nós fizemos a greve num mau momento...". O momento era mau porque o desencadeamento da greve foi antecipado em relação ao dissídio coletivo dos metalúrgicos a nível estadual. O esquerdismo dos líderes da greve aparece justamente através desta visão tática unilateral que os fez levar em conta somente a "disposição da massa" esquecendo a situação em seu conjunto. A isso se acrescenta, como lembram os companheiros da TL/ALN, a "aventura da ocupação que levava ao almejado enfrentamento com a ditadura em condições de derrota inevitável". Além do que como constata Ibrahim, "os comitês não tinham tradição e ainda não haviam ganhado mais força que o sindicato. Este continuava a ser o órgão principal". Na prática, "fomos inconsequentes ao aplicar nossa concepção de organização independente da classe. Todas as reuniões, tanto das comissões legais como dos comitês clandestinos eram feitas no Sindicato. Não nos esforçamos por manter nos bairros uma estrutura independente do sindicato. Não criamos uma coordenação intercomitês independente da máquina sindical". Finalmente, a influência do movimento de luta armada, particularmente da futura VPR, organização a qual pertenciam ou viriam a integrar a esmagadora maioria dos dirigentes da greve, subordinando a greve, forma de luta principal das massas operárias, ao pretenso processo de preparação da guerrilha rural, explica a precipitação dos operários revolucionários de Osasco. "A pressão maior do ponto de vista ideológico veio mesmo através do contacto... com os companheiros da futura VPR".

Falta, a nosso ver, na entrevista de Ibrahim, bem como no documento por ele e Barreto assinado (de outubro 1968), uma análise da orientação política que presidiu ao encaminhamento da greve. Neste sentido sua auto-crítica é insatisfatória porque se refere mais à tática que ao conteúdo programático da ação empreendida. Digamos que a posição de Ibrahim naquele momento ainda não superava inteiramente o ponto de vista doutrinário pequeno-burgues da auto-denominada "tendência proletária". Neste sentido é com justeza que observam os companheiros da TL/ALN que "sob o manto de uma empresa gigantesca - a revolução socialista - se abriga uma visão estreita da luta da classe operária", de que "as lutas específicas do proletariado são a sua forma de luta política", circunscrevendo assim "ao terreno econômico a agitação política", segundo a fórmula com que Lênin caracterizou o "economismo".

FORÇAS DE PRODUÇÃO NO CAMPO

A. Silva

No campo brasileiro, a proletarização dos últimos tempos caracterizou-se pela utilização cada vez maior de mão de obra assalariada sob regime de empreitada. O aumento dessa categoria de trabalhadores parece ter sido, sobretudo, consequência do rápido desaparecimento de colonos e parceiros das grandes explorações e não do avanço dos métodos produtivos. Assim, não terá sido a intensificação da mecanização agrícola a causa da expulsão da mão de obra permanente e do resultante aumento do trabalho volante,

"Os dados disponíveis não revelaram um avanço tecnológico e da mecanização que substituisse em larga escala a mão de obra necessária à agricultura" (1), conclui um estudo sobre a proletarização no Estado de São Paulo que data de 1969. Aliás, basta lembrar que grande parte dos colonos e parceiros que hoje são "avulsos" viviam e trabalhavam em fazendas de café no norte do Paraná, São Paulo e sul de Minas, e que aí, como acontece com a maior parte das culturas arbustivas, é difícil a mecanização.

Também, os baixos níveis de salário - relativamente aos altos preços dos tratores, por exemplo - estimulam a baixa utilização da tração mecânica em muitas empresas agrícolas.

Outro estudo, sobre as "relações estruturais da oferta e demanda de volantes no Estado de São Paulo" indica que um acréscimo de 1% no salário dos volantes reduz em 1,63 a quantidade de mão de obra volante procurada, todos os demais fatores permanecendo constantes. (2)

Pode-se portanto pensar que mesmo as recentes reduções nos preços dos tratores (pela extinção do I.C.M. não só na venda como na compra dos componentes) terão como efeito uma diminuição da oportunidade de trabalho da mão de obra assalariada sob regime de empreitada (bóias-frias) e não necessariamente uma diminuição ainda maior dos empregados permanentes, que, aliás, já não são muitos.

A evolução dos meios de produção na década de 60 que estudaremos inicialmente não parece explicar por si só o processo de proletarização do trabalhador rural. Há que se considerar também a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural - cujo conteúdo progressista foi esvaziado pela ditadura militar terrorista - bem como a extensão das áreas de pastagem a zonas antes destinadas a culturas permanentes.

(1) VASSIMON, S.G. "Estudo Preliminar Sobre o Problema da Mão de Obra Volante na Agricultura do Estado de São Paulo", maio-junho 1975, nºs 5/6, p. 25.

(2) GASQUES, J.G. e VALENTINI, R. "Relações Estruturais e Demanda de Volantes no Estado de São Paulo", Botucatu, FCMBE, 16 p. (mimeografado)

1 . Os meios de produção

A introdução de maquinarias e a utilização de energia elétrica são condições e resultados da expansão do capitalismo agrário mas não explicamos suficientemente a rápida e recente proletarização.

Tomemos, por exemplo, o caso do Estado de São Paulo, durante a década de 60. Neste período o número de estabelecimentos paulistas que utilizam força mecânica aumentou mais de quatro vezes. No entanto, em 1970 eles ainda representam apenas 25% do total (9% utilizando somente força mecânica e 16% utilizando força animal e mecânica). Eliminando-se a pequena exploração, constatamos que somente 50% das explorações de mais de 50 hectares utilizam força mecânica.

QUADRO Nº 1

Força utilizada nos trabalhos agrários, Est. de São Paulo, 1960/1970

Censos	Nº de estab.	FORÇA UTILIZADA			
		Humana	Animal	Mecânica	Animal e Mecânica
1960	317.374	135.621	162.254	6.794	12.705
1970	326.780	81.544	161.870	30.582	52.784

Em porcentagens:

1960	100	43	51	2	4
1970	100	25	50	9	16

Fonte: Censo Agrícola

Por outro lado, o número de estabelecimentos que consomem energia elétrica, embora tenha dobrado nesse mesmo período, não representa mais que 13,5% do total dos estabelecimentos e apenas 22% daqueles com área superior a 50 hectares. (Dados do Censo)

Também o número de tratores aumentou muito (mais de 150%); mas só 14% dos estabelecimentos declararam ter uma ou mais unidades em 1970 (1). Se considerarmos apenas os estabelecimentos de mais de 50 hectares, pouco mais de 1/3 os utiliza.

(1) Foi a implantação de MASSEY-FERGUSON, em 1960, o começo da fabricação no Brasil, com 37 unidades. No entanto, a fabricação progrediu rapidamente com a instalação de outras firmas. Em 1961 a produção já foi de 2430 unidades; em 1962, 8.826; estacionando entre 1963 e 1969 numa média anual de 11.572 unidades. Com a exoneração do I.C.M. para a venda (1968) e para os componentes (1971) e com a dispensa do I.P.I., o preço dos tratores foi reduzido em 22%. O comprador de um trator pode deduzir seu valor para efeito de imposto de renda. Essas medidas fizeram com que as vendas passassem de 14.212 para 41.010 unidades de 1971 a 1974.

QUADRO Nº 2
Tratores na Agricultura Paulista (1960/1970)

Anos	Nº de estab.	Possuem Trator	%	Nº de Tratores	Média por Estab.
1960	317.374	18.542	5,8	27.176	1,46
1970	326.780	45.885	14,0	67.213	1,46

Fonte: Censos Agrícolas

QUADRO Nº 3
Tratores nos Estabelecimentos Agrícolas Paulistas de Área Superior a 50 hectares (1960/1970)

Anos	Nº de estab.	Possuem Trator	%	Nº de Tratores	Média por Estab.
1960	58.375	11.506	19,7	19.112	1,66
1970	65.722	24.241	36,9	42.183	1,74

Fonte: Censos Agrícolas

É claro que se distribuíssemos o total do tratores, colhedeiros e mesmo arados segundo a dimensão do estabelecimento, veríamos que os de maior área detêm a maior parte das máquinas e utensílios.

A concentração dos meios de produção é um fato. Basta dizer que 50% dos tratores do Estado de São Paulo estão em 5% do total dos estabelecimentos, todos eles com áreas superiores a 100 hectares. Mas também não se pode esquecer que mais da metade dos estabelecimentos de área superior a 100 hectares não possuem trator. Isto porque, em qualquer região agrícola do Estado, uma exploração de mais de 100 hectares estará necessariamente no setor patronal, ou seja, será uma Empresa Capitalista ou um Latifúndio. É pois interessante frisar que a maioria delas não possui trator, servindo-se apenas da força animal e humana, e também que são essas mesmas explorações as que empregam a grande maioria dos assalariados. Vemos portanto que, em muitas das empresas patronais, não existe avanço tecnológico relativamente às pequenas. O desenvolvimento das forças produtivas em boa parte delas não difere daquele atingido pelas pequenas explorações camponesas, e, no entanto, o trabalho é quase integralmente assalariado, embora, no caso do latifúndio, conjugado com formas de exploração pre-capitalistas. (1)

Não poderemos, portanto, entender a rápida proletarização da última década se não considerarmos alguns fatores históricos, isto é, se dermos excessiva importância ao desenvolvimento das forças produtivas na agricultura em detrimento da dinâmica concreta da luta de classes.

(1) cf. A. Silva, "Os explorados do campo", DEBATE-21, pg 30

2. A Proletarização

Vimos que o avanço das forças produtivas não explica suficientemente o incremento do trabalho assalariado no campo. Neste parágrafo, continuaremos a nos restringir aos dados referentes unicamente ao Estado de São Paulo, de longe o Estado de maior desenvolvimento do capitalismo agrário.

Posto que, como afirmamos anteriormente, não terá sido a intensificação da mecanização a causa da expulsão da mão de obra permanente e do resultante aumento do trabalho volante, tentaremos então, dando um passo atrás, responder à questão: qual a origem e importância desse enorme contingente de mão de obra assalariada sob regime de empreitada cuja utilização caracteriza a proletarização recente?

Segundo os dados do I.E.A. (SP), entre 1960 e 1969 o número de parceiros diminuiu de 288 mil para 254 mil e o de arrendatários de 230 mil para 83 mil e o de colonos de 229 para 32 mil. Paralelamente, aumentou o número de volantes, passando, entre 1964 e 1970, de 226 mil para 350 mil. Ao lado de um aumento da ordem de 124 mil volantes temos uma diminuição de 375 mil, entre parceiros, arrendatários e colonos. Tirando aqueles, entre parceiros e arrendatários, que porventura tenham acedido à propriedade da terra ou emigrado para as cidades, esses dados já mostram por si sós uma tendência à proletarização dos colonos, parceiros e pequenos arrendatários. No entanto, uma descrição mais exata e rigorosa da evolução da mão de obra agrícola no Estado de São Paulo encontra-se nos quadros n.ºs 4 e 5 construídos com os dados dos Censos Agrícolas de 1960 e 1970 e do Cadastro de 1972 (1).

QUADRO Nº 4

Agricultura Paulista, Confronto dos resultados censitários, 1960/1970

	1960	1970	diferença
a) Nº de estabelecimentos	317.374	326.780	9.406
b) Condição do Produtor(*)			
Proprietários	167.859	207.918	+40.059
Arrendatários (**)	(52.392)	48.877	- 3.515
Parceiros (**)	(66.359)	51.197	-15.162
Ocupantes	8.719	18.788	+10.069
c) Pessoal Ocupado			
Responsáveis e membros não remunerados da família	839.300	873.243	+ 33.943
Empregados permanentes	419.733	288.308	-131.425
Empregados temporários	292.827	181.964	-110.863
Parceiros	139.471	65.928	- 73.543
Outras condições	35.979	10.597	25.382
Total	1.727.310	1.420.040	

Fonte: Censos Agrícolas

(1) Chamamos a atenção do leitor para as advertências feitas no artigo "Os explorados do campo", DEBATE-21, quanto ao uso dessas estatísticas.

Notas relativas ao QUADRO Nº4:

(*)No Censo de 1960 a pesquisa referiu-se à condição do Responsável que, além das categorias indicadas considerava a de Administradores (22.045)

(**)No Censo de 1960 consideraram-se como arrendatários os responsáveis pela exploração do estabelecimento mediante uma quantia fixa ou de uma quota-parte da produção, discriminados em duas categorias: Pagamento em Dinheiro e Pagamento em Produtos. Como arrendatários mediante pagamento em produto estão considerados os parceiros-autônomos.

Se considerarmos a evolução da Condição do Produtor, no QUADRO Nº 4, item b, constatamos um aumento global do número de proprietários de 40.059. No entanto, os Administradores considerados no Censo de 1960 devem ter sido em 1970 incluídos entre os proprietários, pois deixou-se de pesquisar a condição do Responsável. Dessa maneira, o acréscimo real dos proprietários atingiria somente 18.014. Por outro lado, o número de ocupantes aumentou de 10.069 e o número total de estabelecimentos de 9.406. Supondo que a maioria desses novos estabelecimentos pertencem a essas duas categorias em expansão, temos que o aumento dos que têm um estabelecimento em propriedade ou em posse ilegal foi de 18.677, isto é, $18.014 + 10.069 - 9.406$, exatamente a diminuição global dos arrendatários e parceiros. Por mais exagerada que seja essa suposição, fica claro que o desaparecimento de arrendatários e parceiros autônomos está longe de ser o responsável pela proliferação dos trabalhadores livres. Ao contrário, houve acesso à propriedade ou à posse da terra quando consideramos os produtores que dirigem um estabelecimento agrícola.

Foi o Pessoal Ocupado nos estabelecimentos que forneceu a massa dos atuais "volantes". Os responsáveis e membros não remunerados da família cresceram quase que exatamente na mesma proporção que o número de estabelecimentos. Seu número passou de 2,64 para 2,67 por estabelecimento, ou seja, um acréscimo bem inferior à taxa da natalidade. (ver quadro nº1, item c). Houve, no entanto, um decréscimo bastante acentuado de todas as outras categorias: menos 131.425 empregados permanentes, menos 110.863 empregados temporários, menos 73.543 parceiros e menos 25.382 ocupados em outras condições. Ou seja, uma diminuição global de 341.213 pessoas ocupadas nos estabelecimentos. Passaram todas, ou quase, a trabalhar sob regime "de empreitada, categoria não pesquisada pelo Censo Agrícola. No entanto, o quadro nº 5 mostra que o número máximo de assalariados era em 1972 de 1.015.763 (permanentes mais temporários). Deduzindo os computados pelo Censo (470.272), empregados nos estabelecimentos, sobram 545.491. Deduzindo-se ainda as superposições, visto que o Cadastro computa o número máximo de assalariados sem especificar a época do ano a partir das declarações dos proprietários dos imóveis, concluímos que o total dos "trabalhadores de empreitada" deve andar por volta dos 500 mil. Sabemos entretanto que parte deles é constituída por camponeses (proprietários, arrendatários, parceiros autônomos, posseiros) que vendem sua força de trabalho durante certos períodos do ano. Portanto, é possível que o número de volantes seja realmente aquele indicado pelo I.E.A. (1), isto é, uns 350 mil em 1970. Ora, a redução do pessoal contratado nos estabelecimentos (Empregados permanen-

(1) Instituto de Economia Agrícola, Secretaria da Agricultura do Est. S.P.

tês e temporários, parceiros e outras condições) na década de 60, segundo os Censos foi de 341.213, como já dissemos. Pode-se portanto supor que o contingente de "bóias frias" antes dos anos 60 era reduzidíssimo. (Há, no entanto, sinais da existência desse regime de trabalho que datam do fim dos anos 40.) Ou ainda, pode-se dizer que a quase totalidade desses trabalhadores estava, até o início dos anos 60, numa das três situações seguintes: (I) Era empregado em algum estabelecimento agrícola trabalhando mediante remuneração em dinheiro, em quantia fixa de produtos ou as duas formas. (II) Exercia atividade de caráter efetivo ou era contratado para atividades eventuais de curta duração. (III) Era subordinado à direção do estabelecimento percebendo como remuneração parte da produção obtida com o seu trabalho (meia, terça, quarta, etc). Seja qual fosse o regime de trabalho, residiam nos estabelecimentos e tinham um vínculo qualquer com o responsável.

QUADRO Nº 5

Agricultura Paulista - Dados do Recadastramento (1972)

a) Nº de Imóveis.....	282.450
b) Parceiros e Arrendatários.....	
Parceiros.....	48.985
Arrendatários.....	19.227
c) Mão de Obra	
Dependentes do proprietário trabalhando.	256.264
Assalariados Permanentes.....	245.593
Nº Máximo de Assalariados Temporários...	770.170

Fonte: Cadastro 1972

Houve portanto uma importante proletarização nessa década, isto é, houve separação progressiva entre os trabalhadores e os meios de produção. Mas ela se deu exclusivamente no interior dos estabelecimentos, isto é, principalmente no interior mesmo do setor patronal (capitalistas e latifundiários). Não se trata, portanto, de maneira nenhuma, de um desaparecimento do camponato. Este setor não só se expandiu globalmente mas comportou um maior acesso à propriedade e à posse da terra por parte de arrendatários e parceiros autônomos. A proletarização se deu no interior das grandes empresas e afetou sobretudo os trabalhadores semi-proletários ali residentes, que recebiam uma pequena remuneração em dinheiro e a autorização de cultivar um pedaço de terra para sua subsistência. É essa categoria de colono, morador de condição, parceiro não autônomo, que começa a desaparecer durante os anos 60, dando lugar aos "avulsos". Estes últimos aumentaram mais de 32% em apenas cinco anos (1965 a 1970) segundo os dados do I.E.A.. Uma estimativa feita a partir da comparação dos Cadastros indica que eles teriam aumentado no conjunto dos Estados de 81% entre 1967 e 1972. (1)

(1) SILVA, J.G. e RODRIGUES V.L.G.S., "O Bóia-fria, Contradição de uma Agricultura em Desenvolvimento", Reforma Agrária, set/out 1975, p.2-44.

Foi o Estatuto do Trabalhador Rural, uma conquista do campesinato brasileiro, anterior ao golpe de 1964, que contribuiu para acelerar o processo inevitável da proletarização.

3. A Legislação Trabalhista

No dia 2 de março de 1963, o presidente João Goulart promulgou a Lei 4.214, que vem assinada por San Tiago Dantas, Almino Affonso e José Ermírio de Moraes. Para os efeitos desse diploma, é trabalhador rural toda a pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural, ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro (Art. 2º). Ele é considerado efetivo durante todo o período em que esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens (Arts. 6º e 7º). Estipula a jornada de 8 horas (Art. 25º) e o salário mínimo, embora permita deduzir até 20 por cento correspondendo ao aluguel da casa e até 25 por cento se a alimentação for fornecida pelo empregador (Arts. 28º e 29º). Só 30 por cento do salário deve ser necessariamente pago em dinheiro. A lei exige um contrato em separado nos casos em que se adote a plantação subsidiária, ou intercalar (cultura secundária) a cargo do trabalhador rural, e esta não pode compor a parte correspondente ao salário mínimo na remuneração geral do trabalhador (Art. 41º). O direito de repouso semanal e às férias, remunerados, as normas de higiene e segurança do trabalho, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, a exigência do aviso prévio em casos de despedimento, também são contemplados pela lei. No entanto, o ETR não considera o trabalho por empreitada como "relação de emprego". Juridicamente, a relação de emprego implica vínculos de permanência, individualidade, subordinação, dependência hierárquica, salário, etc., que o trabalhador por tarefa, na aparência, não tem. Não está, portanto, sob o domínio da lei trabalhista sendo considerado geralmente como uma "relação societária".

Não é preciso dizer mais para compreender a reação do patronato. Trataram logo de se desvencilhar de todas as famílias que mantinham em suas explorações como colonos ou "parceiros". No que se refere apenas ao salário, a incidência dos encargos sociais previstos no ETR atinge 27% (1). Esse fator e todas as garantias que a lei dava ao empregado tornaram muito mais atrativo o trabalho sob empreitada. Manter famílias de colonos sempre à disposição do patrão em troca de pequenas remunerações em dinheiro, além do direito de cultivar alguns gêneros em um pedacinho de terra deixou de ser a melhor forma de exploração nas grandes fazendas. Ficaram portanto só alguns, para os trabalhos que exigem certa qualificação fazendo-se apelo aos empreiteiros quando dos grandes trabalhos.

Alguns autores tentam diminuir a importância da legislação trabalhista, como incremento à proletarização, com receio de se juntarem a uma campanha contra as "leis de cunho social que têm tentado direcionar a agricultura brasileira para rumos mais humanos e progressistas" (2). Chegam a falar em simples "coincidência histórica" de que a ocorrência do trabalho volante tenha aumentado a partir de 1963 - 1964 quando foram sancio-

(1) cf. GONZALES E.N. e BASTOS M.I., "O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira", Reforma Agrária, números 5 - 6 maio-junho de 1975.

(2) SILVA J.G. e RODRIGUES V.L.G., op.cit., p. 9

nados o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra. Põem na mesa uma lei do governo Constitucional de defesa dos trabalhadores e uma da ditadura, mais precisamente dos "castelistas", que apesar de "avançada" nunca foi aplicada. Mas também descartam a "intensificação" da mecanização agrícola como causa da expulsão da mão de obra permanente e o conseqüente aumento do trabalho volante⁽¹⁾. Fica-se portanto a perguntar quais seriam as causas do fenômeno. Os dados citados mais atrás mostram que, mesmo que inferior aos cantos de louvor à Empresa Rural por parte dos representantes da ditadura (e ingenuamente retomados por alguns revolucionários apressados), houve uma relativa "modernização" das fazendas paulistas na década de 60. Conjugou-se a esse avanço das forças produtivas um fato político que acelerou o processo de expulsão dos colonos. Só pode ter medo de afirmar que essa lei, o E.T.R., contribuiu para piorar a situação dos trabalhadores agrícolas e aumentar inclusive a taxa de exploração (pois o sistema de empreitada permite uma intensificação do trabalho), quem esquece pura e simplesmente que em 1964 houve um golpe de estado que modificou radicalmente as condições de luta dos trabalhadores. O Contrato Coletivo de Trabalho previsto justamente por essa lei foi enterrado pela legislação complementar que, apoiada no terror policial, impede qualquer possibilidade de ação dos sindicatos visando diminuir o arbítrio dos patrões.

A mudança das condições de luta dos trabalhadores do campo a partir de 1964 e logo após a obtenção da legislação trabalhista contribuiu extraordinariamente para o processo de proletarização já incetado, transformando grande parte dos semi-assalariados das grandes explorações em proletários sem eira nem beira. O ritmo desse processo foi superior ao do desenvolvimento das forças produtivas. Aliás, só assim se pode entender o saudosismo constatado tanto entre "bóias-frias" como entre patrões. Muitos fazendeiros já defendem o "retrocesso histórico" desejam a volta ao sistema do colonato. Olavo Godoy, do Paraná, diz, por exemplo, o seguinte: "foi pelo colonato que conseguimos sobreviver depois de abolida a escravidão. Mas apareceram os "pais da pátria" querendo salvar a humanidade. Inventaram o Estatuto, com cláusulas feitas para não haver mais paz social no campo. Com o colonato, os trabalhadores tinham casa, terra para plantar, leite, trabalho, assistência, ordenado livre e ar puro." (Sic) (2). O caráter recente dessa proletarização faz com que também muitos "bóias-frias" partilhem dessa atitude saudosista em relação ao colonato. O depoimento de uma mulher que hoje é volante a 100 km da cidade de São Paulo e cujos pais trabalharam como colonos de café na área de Amparo é bem significativo: "para aqueles fundos de Amparo têm muitas fazendas... antigamente era só café, a gente plantava milho, feijão, plantava tudo o que queria(...). Tinha terra à vontade, quando chegava o fim do ano, enchia a casa de mantimentos, cevava porco, um vendia e outro era pra o gasto... Depois veio o salário e todo o mundo virou de salário; Tiraram a plantação e plantaram capim; tinha cada cafezal lindo; arrancava café e plantava pasto para criar vaca; quando eu era solteira eu morava em uma fazenda boa, Boa Vista perto de Araçadas; o meu pai morou 13 anos lá, ele casou todos os filhos lá; lá foi onde acabou tudo; fez internada, derrubou bastante casa, ficou pouca gente tudo camarada e quando aperta o serviço traz gente de fora." (3)

(1) SILVA, J.G. e RODRIGUES, V.L.G., op.cit., p.9

(2) "Um dia na vida dos bóias-frias", Visão, 18 de agosto de 1975, p.67

(3) Verena MARTINEZ-ALIER, "As mulheres do caminhão de turma", in Debate e Crítica nº5

4. A Pecuária

A extensão das áreas de pastagem com vistas à criação de gado bovino de corte tem acompanhado a progressiva eliminação do colonato e o consequente aumento dos volantes. Várias são as razões da substituição das culturas permanentes pelo capim. Entre elas a mão de obra. A produtividade média das lavouras permanentes, que exigem cuidados em várias épocas do ano, não se manteria a mesma com o emprego da força de trabalho dos volantes. As conservar os colonos, nas condições do E.T.R., implicaria em aumentar consideravelmente os gastos com a força de trabalho. A isso se recusaram os fazendeiros. A extensão das pastagens contribuiu tanto ou mais que a mecanização para a expulsão dos colonos e a diminuição das oportunidades de trabalho no campo. (Não se deve esquecer, no entanto, de que a principal razão da extensão da pecuária foi o forte aumento do preço da carne no mercado internacional).

QUADRO Nº 6

Evolução da Utilização das Terras segundo os grupos de área, 1970/ 1960, Estado de São Paulo (Áreas em Índices, 1960: base 100)

Grupos de área (ha)	Área Total	Área com Lavoura		Área com Pastagem	
		Permanente	Temporária	Natural	Plantada
Menos de 50	107	80	108	132	109
De 50 a 200	113	66	133	131	116
Mais de 200	102	58	115	96	128
Total	105	68	116	108	124

A área de lavoura da pequena, média e grande exploração reduziram-se bastante, sobretudo as duas últimas (mais de 40%). Paralelamente, aumentou de cerca de 25% a área de pastagem plantada da grande fazenda, enquanto a pequena e média aumentaram as pastagens naturais. Em números absolutos constatou-se uma diminuição global de 536 mil hectares de lavouras permanentes e um aumento paralelo de 437 mil hectares de pastagens naturais e 1,15 milhão de hectares de pastagens plantadas dos quais 960 mil nas grandes fazendas. Segundo dados do Censo de 70 nas fazendas consagradas principalmente a café no Estado de São Paulo, a média de hectares por pessoa ocupada é 9, sem contar os trabalhadores de empreitada. Nas fazendas de gado, a média é de 44 hectares por pessoa ocupada. A supressão em dez anos de 536 mil hectares de lavoura implica na supressão de 50.000 empregos aproximadamente...

Do exposto, e tendo em vista as conclusões de nosso artigo publicado em DEBATE 21, verifica-se a existência de dupla tendência no desenvolvimento recente da agricultura brasileira. Ao lado da intensificação do processo de proletarianização, transformando colonos em volantes, houve certa expansão da produção camponesa parcelária, tanto no referente ao aumento do número de ocupantes, quanto através da transformação de importantes contingentes de arrendatários e parceiros autônomos em proprietários. Tudo isso sem que tenha havido notável desenvolvimento das forças de produção no campo.

O trabalho teórico, embora comportando parte importante de reflexão, elaboração e criação individual, é essencialmente coletivo, como coletiva é a substância em que banha a cultura de uma sociedade e de uma época. Porisso mesmo é chocante e causa justa revolta descobrir que os frutos de uma reflexão coletiva, ligada a um duro processo de auto-crítica dos revolucionários brasileiros no contexto da luta contra o fascismo militar, seja deturpado de seus fins, pilhado e utilizado para metas subalternas (a carreira universitária de tres escroques parisienses). Não é uma questão de defesa de uma "propriedade autoral" que nunca reivindicamos (embora em geral exponhamos idéias originais fruto do trabalho sistemático e persistente de todos os companheiros organizados em torno da Plataforma). Já nos ocorreu mais de uma vez constatar, inclusive em publicações de nossa esquerda, passagens inteiras tomadas de Debate sem nenhuma preocupação sequer de abrir aspas. Mas trata-se de pequenos delitos da honestidade intelectual, mais que atos de proxenetismo teórico como o cometido pelos indivíduos LEO DAYAN, XAVIER DECELLE e PHILIPPE TOURNOIS, que num "mémoire pour le Diplôme d'Etudes Supérieures de Sciences Economiques", Universidade Paris I (Panthéon-Sorbonne) intitulado "accumulation du capital et dépendance au Brésil vers un capitalisme monopoliste d'état dépendant". Os citados escroques, em tres partes de seu "trabalho" limitaram-se a copiar (melhor, a traduzir, aliás mal, do português para o francês) artigos de Debate. Evidentemente, a tal ponto pilharam os artigos que utilizam, que não poderiam correr o risco de citá-los. Nesse sentido, com uma única exceção que indicaremos abaixo, foram consequentes na charlatanice. Insistimos: (1) os escroques se limitam a copiar nossos artigos; (2) o "mémoire" é de 1976, os artigos pilhados são de 1973, 1974 e 1975. Mas passemos à descrição dos atos delituosos. A Secção II (agricultura no financiamento da industrialização) contém todo um item (função do setor agrícola na acumulação de capital) copiado dos artigos de A.Silva publicados em Debate 14 e 15, mencionando no entanto o nome de Marta Alves, sem é claro citar a revista de onde tiraram o texto, já que se o fizessem a pilhagem ficaria evidente. (Em especial, cita quadros elaborados por A.Silva como tendo sido elaborados por Marta Alves e outras confusões do gênero). Na parte 3, cap I-Vers un CME, ao discutir, na seção I, "la concentration industrielle", os escroques se limitam a copiar os artigos de F.Andrade (Debate 14) e de Joana Almeida (Debate 15), sobre a estrutura da indústria brasileira e o setor estrangeiro respectivamente. No cap. II da mesma Parte 3, em especial a seção 2,21, é em mais de 50% pilhada de Joana Almeida (Debate 16, O sistema financeiro no Brasil). São que aqui não somente copiaram como entenderam tudo errado, chegando ao cúmulo de dizer que foram eles que efetuaram os cálculos copiados de Debate? A sub-seção 2,22 é com exceção de um parágrafo, copiada a 100% de tres artigos de Marta Alves (Debates 15, 16 e 17, que estudam respectivamente o Estado no petróleo e petroquímica, na siderurgia e na energia elétrica). O cap. III desta parte 3, tem uma sub-seção (1,8) pilhada do artigo de A.Silva sobre o setor agrário - aliás o texto do relatório que apresentou ao Tribunal Russel II. Foram estes os furtos intelectuais mais evidentes, com que nos deparamos numa rápida leitura (O texto dos tres escroques não merece aliás mais do que isso). Que sejam doutores em Sorbonne mostra a miséria da Universidade burguesa. Problema dela. Mas que tentem se prevalecer do caráter clandestino da luta revolucionária do Brasil, da fragilidade "jurídica" de um órgão como DEBATE, da posição difícil de exilados militantes num país onde são simplesmente tolerados pela polícia, é algo inadmissível e que portanto não admitimos nem admitiremos nunca. Do ponto de vista da moral revolucionária, denunciaremos formalmente os tres indivíduos supra-referidos como escroques.

DEBATE está à venda nas seguintes livrarias:

FRANÇA : Librairie Portugaise et Brésilienne
33, rue Gay-Lussac, Paris 5

PORTUGAL: Livraria Opinião
Rua Nova da Trindade, 24 Lisboa
Livraria Leitura
Rua de Ceuta, 88 Porto
Centro do Livro Brasileiro
Rua do Ouro, 160 Lisboa

ITALIA: Libreria Rinascita
Via delle Botteghe Oscure 1, 2, 3 Roma
Libreria Internazionale Paesi Nuovi
pza. Montecitorio 59-60 Roma

CORRESPONDENCIA, PEDIDOS DE ASSINATURAS E DE NUMEROS ATRAZADOS:

DEBATE
c/o J. Bourderie
146, rue Montmartre
75002 Paris
FRANCE

INDICE DO PRESENTE NUMERO:

EDITORIAL:

MANIFESTAÇÕES E DINAMICA DA CRISE ECONOMICA p. 3

Rolando Fratti:

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO OPERARIO (IV--DA RESISTENCIA
ANTIDITATORIAL À VOLTA DE GETULIO) p. 18

Fernando Andrade:

A GREVE DE OSASCO VISTA POR JOSE IBRAHIM p. 25

A. Silva:

FORÇAS DE PRODUÇÃO NO CAMPO p. 34